

Categorias configuradoras da Ciência da Informação: seleção, exploração e sistematização¹

Cristina DOTTA ORTEGA

Professora adjunta da Escola de Ciência da Informação (ECI).

ata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you

provided by Portal de Revistas Científicas

Resumo: Objetiva selecionar, explorar e sistematizar categorias configuradoras da Ciência da Informação – conforme terminologia adotada no Brasil – como modo de contribuir para o debate epistemológico. A literatura da área foi escolhida por meio da seleção de categorias abstratas até categorias concretas relativas a operações, produtos e serviços de informação, e seus públicos e contextos. Apresenta inicialmente um esboço da configuração epistemológica da Ciência da Informação sob o ponto de vista dos processos documentários – entendidos como meio de qualificar o uso da informação – que caracterizam a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Em seguida: utiliza a categoria ‘necessidades de informação’ como aquela que conduz ao esquema documento-sistema-usuário em Ciência da Informação; trata da noção de documento, enquanto informação materializada; e explora as categorias ‘produção de documentos’ e ‘uso de documentos’, uma vez que suas diversas manifestações permitem observar seu caráter generalizante, mas também aspectos diferenciadores. Por fim, aborda os sistemas documentários no sentido de conjunto de registros de informação que representam documentos ou dados esparsos construídos com o fim de apropriação por usuários reais ou potenciais, no âmbito de um dado contexto institucional; ou seja, os sistemas documentários são instrumentos concretos que viabilizam a comunicação documentária, a qual possibilita a satisfação das necessidades de informação de usuários em contextos determinados. Como considerações finais, afirma que as necessidades de informação, abordadas quanto aos modos e meios para satisfazê-las, e suas motivações e implicações, são o fenômeno propulsor da Ciência da Informação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Biblioteconomia; Arquivologia; Museologia; necessidades de informação; documento; produção de documentos e uso de documentos; sistemas documentários; comunicação documentária

Categorías configuradoras de la Ciencia de la Información: selección, exploración y sistematización

Resumen: El objetivo es seleccionar, explorar y sistematizar categorías configuradoras de la Ciencia de la Información – conforme terminología adoptada en Brasil – como modo de hacer aportaciones al debate epistemológico. La literatura fue elegida por medio de la selección de categorías abstractas hasta categorías concretas relativas a operaciones, productos y servicios de información y sus públicos y contextos. Presenta al inicio un esbozo de la configuración epistemológica de la Ciencia de la

¹ Artigo baseado em capítulo da tese de doutorado intitulada “Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva”, defendida em 2009, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sob orientação de Marilda Lopes Ginez de Lara.

Información sobre el punto de vista de los procesos documentales – comprendidos como medio de cualificar el uso de la información – que caracterizan a la Biblioteconomía, Archivística y Museología. Después utiliza la categoría ‘necesidades de información’ como la que conduce al esquema documento-sistema-usuario en Ciencia de la Información; trata de la noción de documento, como información materializada; y explora las categorías ‘producción de documentos’ y ‘uso de documentos’, una vez que sus diversas manifestaciones permiten observar su carácter generalizante, mas también aspectos que los diferencian. Por fin, aborda los sistemas documentales en el sentido de conjunto de registros de información que representan documentos o datos dispersos contruidos con el fin de apropiación por usuarios reales o potenciales, en el ámbito de un contexto institucional dado; o sea, los sistemas documentales son instrumentos concretos que viabilizan la comunicación documental, la cual posibilita la satisfacción de las necesidades de información de usuarios en contextos determinados. Como consideraciones finales, afirma que las necesidades de información, abordadas cuanto a los modos y medios para satisfacerlos, y sus motivaciones y implicaciones, son el fenómeno propulsor de la Ciencia de la Información.

Palabras-clave: Ciencia da Información; Biblioteconomía; Archivología; Museología; necesidades de información; documento; producción de documentos e uso de documentos; sistemas documentales; comunicación documental

Configuration categories of Information Science: selection, exploration and systematization

Abstract: This article aims to select, explore and systematize configuration categories of Information Science in order to contribute for the epistemological debate. The literature of the area was chosen bearing in mind the selection of both abstract and concrete categories related to operations, products and services, and their public and contexts. At first, it shows an outline of the epistemological configuration of Information Science in the light of the documentary processes - understood here as a way to qualify the use of information – which characterize Librarianship, Archival Sciences and Museology. Then, it uses the category “needs of information” as the one which leads to the scheme document-system-user in Information Science. It also deals with the notion of document as materialized information, and explores the categories “production of documents” and “use of documents” since their various manifestations enable us to observe not only its generalizing character but also its differentiating aspects. Finally, it approaches the documentary systems in the sense of a set of information records which represent documents or scattered data which were built in order to be appropriated by real or potential users within a specific institutional environment; that is, the documentary systems are viewed as concrete tools that make it possible the documentary communication, which, in turn, make it possible the satisfaction of users’ information needs in specific contexts. As final considerations, the article states that information needs, analysed in relation to the ways and means to satisfy them, their motivations and implications, are the propelling phenomenon of Information Science.

Key-words: Information Science; Librarianship; Archival Sciences; Museology, information needs; document; production of documents; use of documents; documentary systems; documentary communication.

1. INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação – conforme terminologia adotada no Brasil – apresenta avanços teóricos relativos à sua configuração epistemológica tão relevantes quanto

antigos, ainda que de modo incipiente em vários aspectos. Parte destes avanços está estabelecida em currículos e práticas de ensino de cursos de graduação e de pós-graduação e pode ser apreendida da observação de serviços de informação. Considerando as diversas correntes de pensamento e abordagens teóricas voltadas às questões de promoção do uso qualificado da informação, faz-se necessário recuperá-las e proceder à sua equiparação, problematização e sistematização. Esta proposta exploradora e sistematizadora pauta-se na compreensão de que uma área não deve ser reinventada, mas antes, seus traços distintivos devem ser mantidos como quadro de referência para seu desenvolvimento, ou seja, para sustentar propostas de contestação, reformulação e inovação.

Deste modo, objetiva-se selecionar, explorar e sistematizar categorias configuradoras da Ciência da Informação como modo de contribuir para o debate epistemológico. Embora as categorias apresentadas neste artigo não sejam novas, sua explicitação justifica-se pois se considera que parte da pesquisa científica no Brasil e projetos pedagógicos decorrentes têm apresentado os seguintes movimentos: significativa dispersão de conteúdos; baixa adoção de problemas comuns de pesquisa; frágil percepção dos parâmetros constituintes da área; e segmentação entre abordagens teóricas e aplicações, amparada por visão mecanicista dos processos de organização e recuperação da informação.

Como metodologia, a literatura da área foi escolhida visando sua potencialidade para subsidiar a exploração de categorias configuradoras da Ciência da Informação. Para tanto, partiu-se da seleção de categorias abstratas até categorias concretas relativas a operações, produtos e serviços de informação, e seus públicos e contextos. Apresentou-se inicialmente um esboço da configuração epistemológica da Ciência da Informação sob o ponto de vista dos processos documentários – entendidos como meio de qualificar o uso da informação – que caracterizam a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia. Este esboço norteou o desenvolvimento do trabalho na seleção de categorias e no modo de exploração e sistematização das mesmas. Para sua elaboração, foram utilizadas obras de González de Gómez, Silva, Moreira González, Smit, López Yepes, Quintero Castro et al., Jardim e Fonseca, Cerávolo e Tálamo, Hernández Hernández e, por fim, Otlet. Em seguida, utilizou-se a categoria ‘necessidades de informação’ como aquela que conduz ao esquema documento-sistema-usuário em Ciência da Informação, segundo adaptação da proposta de Rendón Rojas. Na perspectiva deste esquema, tratou-se da noção de documento, enquanto informação materializada, e explorou-se as categorias ‘produção de documentos’ e ‘uso de documentos’ com base na ideia de ‘documento por intenção’ e ‘documento por atribuição’ (segundo Meyriat, desenvolvida por Fondin). A exploração de categorias relativas à noção de documento deu-se em função de que suas diversas manifestações permitem observar seu caráter generalizante, mas também aspectos diferenciadores. Por fim, abordou-se os sistemas documentários (por meio de obras de Meyriat, Buckland, Moreira González, Moscoso, Codina e Wellisch) no sentido de conjunto de registros de informação que representam

documentos ou dados esparsos construídos com o fim de apropriação por usuários reais ou potenciais, no âmbito de um dado contexto institucional, ou seja, como instrumentos concretos que viabilizam a comunicação da informação (ou a comunicação documentária, segundo proposta de Lara, desenvolvida por Cohen), a qual possibilita a satisfação das necessidades de informação de usuários em contextos determinados.

2. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS PROCESSOS DOCUMENTÁRIOS COMO MEIO DE QUALIFICAR O USO DA INFORMAÇÃO

Devido à maior complexidade social observada em especial no século XX, ações informacionais foram tomando contornos cada vez mais característicos, movimento que foi crescentemente acentuado pelo desenvolvimento tecnológico dos últimos 50 anos.

Para González de Gómez², ações informacionais ou ações de informação são aquelas que “remetem aos atores que as agenciam, aos contextos e situações em que acontecem e aos regimes de informação em que se inscrevem”. Esta autora sustenta que é próprio aos modos culturais da experiência humana a existência de certa autonomia de decisão e escolha nas práticas e ações de conhecimento e comunicação, de tal forma que, em cada caso algo pode ou não cruzar uma linha imaginária que o faz ser considerado ou descrito como informação. Segundo ela, no horizonte dessa indeterminação de ponto de partida, ações de informação seriam aquelas que estipulam qual é “o caso em que a informação é o caso”³. A autora vinha então “buscando construir uma concepção genérica e abstrata à qual pudessem referir-se práticas informacionais cotidianas de um homem comum, as práticas paradigmáticas dos cientistas e as atividades configuradoras dos serviços, sistemas e redes de informações”⁴.

Tratamos aqui especialmente das questões relativas aos serviços, sistemas e redes de informações constituídos a fim de contemplar as práticas informacionais cotidianas, científicas, estéticas, e outras, dos indivíduos nos diversos contextos de suas vidas.

² GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. «Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão», *Transinformação*, 2003, 15(1), p. 32.

³ *Ibid.*, p. 33.

⁴ *Ibid.*, p. 60-61.

2.1. BIBLIOTECONOMIA, ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

É neste sentido que Silva⁵ discute a Biblioteconomia, a Arquivística⁶ e a Museologia enquanto áreas formalizadas no século XIX, inicialmente configuradas sob abordagem empírico-patrimonialista, e hoje crescentemente compreendidas como paradigma emergente da Ciência da Informação. Silva⁷ afirma que “há uma nítida sobreposição da teoria relativamente à prática: os diversos *constructo* sócio-culturais – Arquivo, Biblioteca e Museu – foram tendo uma correlação com disciplinas científico-técnicas legitimadoras de profissões emergentes e exercidas nesses *constructo*, ou seja, nesses ‘lugares de memória’ institucionalizados”. Segundo ele⁸, este fato levou a uma cientificidade controversa, já que atacada por uns por sua falta de consistência epistêmica, e defendida por outros com base no argumento de que o modelo das ciências exatas e naturais não pode ser utilizado para o estudo científico do patrimônio arquivístico, bibliográfico e museístico. Estas posições, a nosso ver, apoiam-se respectivamente em argumentos de ausência e de negação, ao invés de sustentar-se na proposição de abordagem epistêmica consistente e em modelos adequados advindos das ciências sociais aplicadas.

Moreiro González⁹ trata das atividades existentes entre a geração e uso da informação e da função intermediadora e de acesso exercida por alguns profissionais – como bibliotecários e documentalistas – frente a este fluxo. Considera que esta função intermediadora e de acesso ocorre por meio de uma intervenção artificial que busca permitir o acesso à informação por usuários e que se efetiva pela construção e gestão de sistemas de informação. Para ele, um museu, um arquivo, uma biblioteca, uma base de dados bibliográficos e um sistema de gestão de dados numéricos podem ser vistos como espécies de sistemas de recuperação da informação.

⁵ SILVA, A. B. M. da. Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. En CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002. Integrar: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos. São Paulo, IMESP, 2002. 698 p. p. 573-607.

⁶ Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, organizado pela Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo e publicado pelo CENADEM em 1990, os termos Arquivística e Arquivologia são definidos, respectivamente, como: aplicação prática da Arquivologia; e disciplina que tem por objeto o conhecimento dos arquivos e dos princípios e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização. Em dicionários brasileiros publicados posteriormente, os termos são indicados como sinônimos. Neste artigo, adotamos o termo Arquivologia ou a forma usada pelo autor citado.

⁷ *Ibid.*, p. 575-576.

⁸ *Ibid.*, p. 577.

⁹ MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Introducción al estudio de la información y la documentación. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia, 1998. (Colección Medios y Mensajes). p. 27 e 33.

Pautamo-nos, portanto, nas expressões apresentadas por Smit¹⁰, quais sejam, ‘informação bibliográfica’, ‘informação arquivística’ e ‘informação museológica’, explorando-as como abordagens informacionais constitutivas da Ciência da Informação. Segundo a autora, estas expressões ressaltam o termo comum ‘informação’ e se diversificam, a partir da raiz comum, por atributos que as especificam, baseados nos tipos de utilização destas informações. Podemos dizer então que as representações documentárias do tipo bibliográfico, arquivístico e museológico apresentam, cada qual, características próprias e exclusivas, uma em relação à outra, sob uma configuração comum que as congrega.

Corroborando Silva citado anteriormente, López Yepes¹¹ reconhece a dificuldade em elaborar a teoria de uma ciência que procede de atividades sociais já conformadas, e que depois surge no âmbito das ciências informativas em sua natureza essencial e sobre articulações interdisciplinares. Reforça que a disciplina em questão não é um ramo desgarrado de um tronco comum, mas ao contrário, configuração de atividades aparentemente dispersas que, por certas motivações propiciadas pela pesquisa científica, ocasionou a necessidade de reconstrução e modelagem como disciplina científica¹².

Dito de outro modo, a Ciência da Informação configurou-se inicialmente a partir de práticas que posteriormente foram pensadas profissional e academicamente. Contudo, seu processo de cientificação tem sido efetivado, desde há um século, por correntes distintas que, embora apresentando alguma relação entre si, foram constituídas em tempos e espaços próprios, sobre as quais ainda não foram realizadas reflexões suficientes que as englobem e confrontem.

Com base em Edgard Morin, González de Gómez¹³ discorre sobre a noção de disciplina considerando seu ponto de vista e seu campo de visão do seguinte modo: uma disciplina tem um ponto de vista diferencial que é o que estipula o domínio de construção de seu objeto, assim como apresenta um campo de visão onde apreende e compreende o conjunto das vizinhanças, ligações e solidariedades que completam e renovam a configuração de seu objeto. Observa que seria sempre necessário que o ponto de vista não ocultasse o campo de visão. Neste sentido, a autora entende que:

a Ciência da Informação construiria seu ponto de vista no domínio epistemológico das ciências sociais (a partir da configuração ação de informação: informação),

¹⁰ SMIT, J. W. O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. En VALENTIM, Marta Pomim (Org.). Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo, Polis, 2000a. (Coleção Palavra-Chave, 11). p. 125.

¹¹ LÓPEZ YEPES, J. Teoría de la Documentación. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978. p. XXX.

¹² LÓPEZ YEPES, J. La Documentación como disciplina: teoría e historia. 2. ed. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. p. 319.

¹³ MORIN (2002) *apud* GONZÁLEZ DE GÓMEZ *Op. cit.* nota 2, p. 38.

mantendo um campo de visão e solidariedades que contextualizassem a informação em suas plurais dimensões: narrativa (vizinha então à Lingüística, à História, às teorias semióticas e do discurso, à Antropologia); regulatória e estruturante (nos olhares solidários da Administração, da Sociologia, do Direito); econômica e tecnológica (em interfaces com as Ciências da Computação, a Telecomunicação). Mas se informação/ação de informação se constituem e modalizam propriamente nas intersecções e enredamentos dessas dimensões, a Ciência da Informação mantém uma relação particular, por um lado, com os saberes que facilitam a articulação de seu ponto de vista e seu campo de visão (como os estudos da política, da comunicação, a epistemologia social, os estudos sociais da ciência, os estudos econômicos, da estética e os estudos das artes) e por outro com os que, mudando o ponto de vista, compartilham com ela o campo de visão, como a Biblioteconomia, a Arquivologia, a Museologia, mapeando desde diferentes ângulos ou com ênfases diferenciais as ecologias dos conhecimentos e das memórias sociais¹⁴.

González de Gómez¹⁵ pressupõe que esse posicionamento singularizaria a Ciência da Informação, fortalecendo um olhar em processos e domínios que até agora têm sido explicitados à luz de fatores econômicos ou tecnológicos.

Se o ponto de vista da Ciência da Informação não deve obscurecer ou confundir as diversas categorias de campos de visão, como apresentado pela autora, estas não devem ser sobrepostas umas às outras, ou seja, dispostas de modo arbitrário, por sua vez, obscurecendo ou confundindo o ponto de vista. Trata-se antes de identificar, alocar e relacionar partes nucleares e secundárias, visando avanço epistemológico em Ciência da Informação.

De outro modo, diríamos que o ponto de vista fundamental da Ciência da Informação – o do domínio epistemológico das ciências sociais – especifica-se e manifesta suas configurações próprias a partir dos saberes da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia. Estes saberes são sustentados teórica e metodologicamente pelos campos de visão das dimensões narrativa, regulatória e estruturante, e econômica e tecnológica da informação. Os saberes da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia seriam seus pontos de vista específicos – portanto, seus elementos definitórios – e não saberes independentes com o quais a Ciência da Informação compartilha seu campo de visão, entre outros saberes. Trata-se, portanto, de lugares teóricos próprios e centrais relativos a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, e lugares teóricos de construção interdisciplinar – que sustentam os primeiros – relativos a Linguística, História, Administração, Sociologia, Direito, Ciência da Computação e outros.

¹⁴ GONZÁLEZ DE GÓMEZ *Op. cit.* nota 2, p. 41-42.

¹⁵ GONZÁLEZ DE GÓMEZ *Op. cit.* nota 2, p. 42.

Para González de Gómez¹⁶, a Ciência da Informação estuda os fenômenos, processos, construções, sistemas, redes e artefatos de informação, enquanto ‘informação’ for definida por ações de informação.

De nossa parte, abordamos a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia como áreas que se explicam por ações informacionais concretizadas pelas atividades documentárias, portanto institucionalizadas, que objetivam satisfazer necessidades de informação, especificamente, necessidades de uso de informação bibliográfica, arquivística e museológica. De modo mais amplo, dizemos que o conhecimento sobre estratégias, métodos e serviços que contemplem necessidades de informação, e suas motivações e implicações, é preocupação exclusiva da Ciência da Informação. Esta afirmação conduz à ideia de singularidade (ou particularidade) da Ciência da Informação e à ideia de relação constitutiva – sob o ponto de vista dos processos documentários – com a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia.

Contudo, observamos que as práticas profissionais e de pesquisa da Arquivologia e da Museologia nem sempre privilegiaram suas ações informacionais correspondentes, de modo que são mais recentes os movimentos de pesquisa e de produção de normas relativos às questões de promoção do uso qualificado à informação.

Jardim e Fonseca¹⁷ discorrem sobre o surgimento e consolidação da Arquivística como ciência auxiliar da História predominante no século XIX, mais tarde dividida com a revolução arquivística mais próxima da Administração inaugurada na segunda metade do século XX nos Estados Unidos (segundo abordagem conhecida como *records management* ou gestão de documentos). Estes autores refletem sobre “o problema relativo à aparente e mútua exclusão entre a Ciência da Informação e a Arquivística”, por entenderem que a despeito de “suas distintas propriedades e particularidades, a informação registrada é contemplada por ambas as disciplinas”¹⁸.

As duas correntes arquivísticas citadas foram articuladas sob a teoria das três idades (proposta por Schellenberg na década de 1950), e então retomadas e desenvolvidas sob a perspectiva da Arquivologia Integrada. Também é significativo o debate realizado a partir da década de 1980 sobre a necessidade de produção de normas, já que a área trabalhava com a orientação de que não seria possível a padronização nos moldes em que a Biblioteconomia opera devido ao caráter de unicidade dos documentos arquivísticos. A questão foi amadurecida, inclusive quanto aos contrapontos aos modelos vigentes na Biblioteconomia, e o processo de elaboração de normas teve início.

A Museologia é explorada pelos estudos e práticas culturais, mas podemos incluir aí os interesses da Ação Cultural, da Educação, da História, e das ciências de um modo geral, todas fazendo uso das práticas documentárias para controle dos objetos-

¹⁶ GONZÁLEZ DE GÓMEZ *Op. cit.* nota 2, p. 32.

¹⁷ JARDIM, J. M. ; FONSECA, M. O. «As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação», Cadernos BAD, 1992, 2, p. 34-35.

¹⁸ *Ibid.*, p. 29.

documento e para exploração sistemática das informações que lhe são atribuídas. Silva¹⁹ afirma que

se nos parece líquido postular a existência de informação museológica (...), é preciso ter bem presente que essa informação, na generalidade dos casos (...) é suscitada pelos objectos/artefactos e é gerada pela investigação conduzida em torno deles com vista à redescoberta de sua originária função e *locus* de produção e de funcionamento. Mas a informação não é, ao contrário do que sucede claramente com a Arquivística e a Biblioteconomia, o objecto central do conhecimento museológico, se é que existe como tal. E se pomos em dúvida tal existência é porque (...) joga-se na musealização dos objectos a centralidade e a especificidade do trabalho dos profissionais do Museu.

Cerávoló e Tálamo²⁰ desenvolvem o aspecto informacional de que tratamos, sob a denominação de ‘tratamento e organização de informações documentárias em museus’. Posteriormente, as autoras²¹ exploraram os significados construídos e adotados para o termo Museologia, a partir dos quais inferimos que as autoras corroboram a afirmação de Silva quanto à abordagem secundária atribuída ao tratamento da informação museológica.

Segundo Davallon²²,

a Museologia é definida cada vez menos como uma ciência do museu e mais como uma ciência de tratamento dos objetos, dado que estes objetos são considerados como patrimônio e como suporte da informação. E aqui é onde adquire todo seu interesse a referência obrigada às Ciências da Informação e Documentação. (tradução livre do original em espanhol)

Para esta autora²³, quando um objeto entra em um museu, este deixa sua condição original e passa a ser objeto de memória, adquirindo um estatuto simbólico que o leva a ser exposto. Ao mesmo tempo, é um material que pode ser tratado documentariamente, pois estes objetos realmente documentam, informam, provam e testemunham uma realidade existente. Assim, os objetivos da Documentação dentro do museu são os de reunir, ordenar, conservar, classificar, selecionar, difundir, comunicar e utilizar toda classe de informação existente sobre um objeto para

¹⁹ SILVA, Op. cit nota 5, p. 591.

²⁰ CERAVOLO, S. M. ; TÁLAMO, M. de F. G. M. «Tratamento e organização de informações documentárias em museus», Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2000, 10, 241-253.

²¹ *Id.* Linguagem de especialidade e a elaboração da noção de campo científico: o caso da Museologia. En ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB) (9.: 2008). Anais... São Paulo, USP, 2008. CD-ROM.

²² DAVALLON (1997, p. 29) *apud* HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museología como Ciencia de la Documentación. En LÓPEZ YEPES, José (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2 ed. Madrid, Ediciones Pirámide, 2006. p. 161.

²³ HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museología como Ciencia de la Documentación. En LÓPEZ YEPES, José (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2 ed. Madrid, Ediciones Pirámide, 2006. p. 161, 163, 168, 169.

proporcionar ao pesquisador ou pessoa interessada os documentos que solicite. A autora ressalta que documentar coleções não supõe simplesmente preencher livros de registro, redigir fichas de inventário, elaborar dossiês e publicar catálogos, assim como as coleções de um museu não são aquelas do arquivo administrativo.

Destacamos que Silva aborda a Arquivologia – assim como outros autores espanhóis e portugueses – considerando a informação como seu objeto central, a exemplo da Biblioteconomia. A Museologia, por sua vez, é tratada na escola espanhola segundo esta abordagem informacional. Para Rendón Rojas²⁴, nesta escola, a Museologia é considerada parte da Documentação. No Brasil, a Arquivologia e a Biblioteconomia têm sido construídas especialmente a partir de suas diferenças, tanto corporativas quanto operacionais, e não a partir de seus pontos comuns e distintos. Quanto à Museologia, observa-se na pesquisa e no ensino brasileiros a perspectiva do controle dos objetos e do registro de suas informações, com ênfase para a atividade inventarial, na qual a abordagem documentalista (ou seja, informacional) é menos presente.

Muitas das diferenças apresentadas entre estas três áreas relacionam-se antes ao estágio de conhecimento teórico em que se encontram que a diferenças intrínsecas. A exploração das ações informacionais de caráter bibliográfico, arquivístico e museológico mostra-se potencialmente rica para o desenvolvimento de pesquisas em Ciência da Informação. O levantamento conceitual e histórico que apresentamos a seguir sobre a noção de documento aponta as ideias de ‘documento por intenção’ e ‘documento por atribuição’ e as de ‘valores probatórios’ e ‘valores informativos’ dos documentos como pertinentes para sustentar essa afirmação.

Desta forma, a Biblioteconomia permaneceu como área exclusiva da Ciência da Informação, podendo ser considerada sua representante efetiva neste momento. Especulamos que talvez não tenha sido contingencial a primazia da Biblioteconomia no âmbito da Ciência da Informação, pois os documentos que lhe caracterizam são aqueles em geral criados com a intenção de serem informativos. Como decorrência desta intenção informativa inicial, estes documentos são estruturados, imediatamente reconhecidos como documentos por um número maior de pessoas, e garantidos de grande capacidade de disseminação.

Uma vez que as ações informacionais do tipo bibliográfica são aquelas que mais se desenvolveram no contexto dos estudos em Ciência da Informação, apontamos a necessidade de avanço na explicitação das características que lhe são próprias já que, se a literatura sobre informação arquivística e informação museológica é muitas vezes produzida segundo a necessidade de diferenciar-se (embora de modo fracamente generalizável) daquela da informação bibliográfica, esta, por sua vez, não é suficientemente definida, mas abordada de modo circular. Ainda assim,

²⁴ RENDÓN ROJAS, M. A. Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología. 2. ed. México, UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad). p. 121.

desconsiderando algumas abordagens restritas da Biblioteconomia, como a da custódia de acervos de bibliotecas (ou a da gestão destes acervos), podemos dizer que seu desenvolvimento tem abarcado fundamentos gerais da Ciência da Informação, para além da informação bibliográfica unicamente, como retomamos à frente ao tratar da relação entre Biblioteconomia e Documentação.

2.2. DOCUMENTAÇÃO

Como dissemos, a Ciência da Informação é constituída por diversas vertentes, sobre as quais ainda não há sistematizações suficientes que permitam uma compreensão global inicial. Uma destas vertentes é a Documentação, corrente teórica e prática grandemente profícua, iniciada há um século na Europa por Paul Otlet, seus colegas e discípulos, e considerada como uma das origens da Ciência da Informação, tema que desenvolvemos em outro trabalho²⁵.

A Documentação foi enunciada por Otlet²⁶ em especial por meio da publicação do *Traité de Documentation*, em 1934, mas artigos apresentados desde os primeiros anos do século XX já traziam enunciações sobre o tema. Os advogados Otlet e La Fontaine foram os mentores do Instituto Internacional de Bibliografia (IIB)²⁷, criado em 1895 na Bélgica, e do Repertório Bibliográfico Universal (RBU), cujo projeto foi proposto no mesmo ano. O sonho de Otlet era o de oferecer um índice de assuntos ao conjunto de todos os escritos, que ele denominou de livro mundial, por meio do RBU que permitiria ir, por assunto, ao coração do conhecimento²⁸. Este sonho relacionava-se à ideia de que o acesso ao conhecimento por todos os povos levaria à percepção da alteridade, e que o conhecimento da diferença possibilitaria a paz mundial.

Para Otlet²⁹, “a Documentação acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor”. A produção teórica e prática da Documentação fornece sustentação à configuração da

²⁵ ORTEGA, C. D. A Documentação como origem e base fértil para a fundamentação da Ciência da Informação. En ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. Anais... Salvador, 2007.

²⁶ OTLET, P. *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles, Mundaneum, 1934.

²⁷ O IIB teve seu nome alterado para Instituto Internacional de Documentação (IID) em 1931, e para Federação Internacional de Documentação (FID) em 1937. A partir de 1986, recebeu a denominação Federação Internacional de Informação e Documentação, mantendo a sigla original. A FID foi dissolvida em 2002. (<http://people.ischool.berkeley.edu/~buckland/fidhist.html>). Consulta: 25-5-2010.

²⁸ FAYET-SCRIBE, S. *Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937*. Paris, CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire). p. 47 e 49.

²⁹ OTLET, P. *Documentos e Documentação*. Trad. de Hagar Espanha. Paris, 1937. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. (<http://www.conexaoiro.com/bit/otlet/index.htm>). Consulta: 24-5- 2009.

Ciência da Informação por meio da categoria ‘produção de documentos’ (que tratamos à frente), entre outros, em função da abrangência que oferece desde as primeiras reflexões de Otlet, Briet e de demais documentalistas da primeira geração, como a ideia do fluxo de produção e uso de registros de informação, envolvendo etapas e indivíduos diversos.

Dada a predominância do desenvolvimento técnico e científico que marcou o século XX, a Documentação consolidou-se praticamente pautada na informação bibliográfica do tipo técnico-científica. Contudo, sua dimensão tríade – bibliográfica, arquivística e museológica – foi desenhada por Otlet no início do *Traité de Documentation* ao sintetizar o que considera como partes da documentação³⁰ e no extenso capítulo onde efetivamente desenvolve este tema por meio das instituições que realizam as atividades documentárias e seus conjuntos documentais, quais sejam, escritórios e serviços de Bibliografia e Documentação, as bibliotecas, os arquivos, as administrações e os museus³¹.

A dimensão tríade citada foi posteriormente tratada por Briet em sua obra básica *Qu’est-ce que la documentation?*, embora a mesma já explicita o deslocamento para a documentação técnico-científica como apoio às atividades de pesquisadores e profissionais da indústria, então em pleno desenvolvimento³². Segundo Cunha³³, em 1945, realizou-se em Paris o primeiro curso técnico para a formação de documentalistas, com duração de dois anos. Briet³⁴ afirma que a França já demonstrava um avanço considerável neste domínio e discorre sobre o curso, tratando da inclusão dos conteúdos de formação de bibliotecários, arquivistas e conservadores de museus.

Mais recentemente, esta dimensão tríade vem compondo a abordagem das Ciências da Documentação construída na Espanha desde os anos 1970. Exemplo significativo evidencia-se na organização de conteúdos do *Manual de Ciencias de la Documentación*, coordenado por López Yepes³⁵, ao dispor capítulos sobre Documentação, Bibliografia, Biblioteconomia, Bibliometria (os quais tratam da informação bibliográfica), Arquivística e Museologia.

³⁰ Id. *El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica*. Traduzido por Maria Dolores Ayuso García. Murcia, Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles, Mundaneum, 1934, p. 6-7.

³¹ *Ibid.*, p. 334-359.

³² BRIET, S. *Qu’est-ce que la documentation?* Paris, Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. (<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf>). Consulta: 4-4-2010.

³³ CUNHA, M. V. da. «A formação em Ciência da Informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro», *Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da informação*, 1999, 8.

³⁴ *Ibid.*, p. 20, 32.

³⁵ LÓPEZ YEPES, J. (Coord.). *Manual de Ciencias de la Documentación*. 2. ed. Madrid, Pirámide, 2006. Capítulos 3, 4, 5, 6, 7 e 8.

De modo ilustrativo, apresentamos trechos elaborados por Otlet em 1937, e traduzidos para a língua portuguesa, que traçam características, respectivamente, da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia, no aspecto da organização e recuperação da informação. É preciso, contudo, considerar o momento histórico peculiar da enunciação e as características visionárias e universalistas do enunciador.

A Enciclopédia³⁶:

Trata-se de, como complemento aos livros e aos documentos – que são individuais – e utilizando-os, congregar todas as forças na realização do Livro Universal, o que vale dizer, na realização de um conjunto estruturado cujos quadros possam receber, de maneira única, sem repetições, sem lacunas, numa ordem uniforme de classificação, os dados provenientes de todas as fontes, englobadamente consideradas. ‘Uma Soma das Somas’ (...)

A Enciclopédia deve ser uma obra, não transitória e acabada, porém, sempre em via de complementação, de revisão e de refusão; deve ser a própria imagem do pensamento e da realidade, que estão perpetuamente em movimento, em crescimento e em transformação.

Assim concebida, a Enciclopédia apresenta-se como o coroamento e o vínculo do sistema de publicações por intermédio do qual seria facultado a todos nela fazer inscrever seus próprios dados. (...) Depositada nos Centros de Documentação poderia consultá-la quem o quisesse fazer, a qualquer momento, com a consequência cultural e social de que suas idéias, seus sentimentos, suas atividades seriam profundamente afetadas. A Humanidade possuiria seu instrumento de medida intelectual. (...) Uma parte da Enciclopédia compreenderia, atualizados, os ‘standards’ os melhores tipos que, em todas as matérias, a técnica e a economia social permitem propor à iniciativa de todos: a codificação da marcha dos conhecimentos, constituída pelos votos e resoluções dos grandes congressos.

A Documentação Administrativa³⁷:

As populações tornadas mais numerosas, seus meios mais complexos, sua interpenetração e interdependência maiores, forçoso é, então, para evitar o caos na sociedade humana, nela conseguir a realização de mais ordem. Esse objetivo diz respeito à Administração do Estado, da Profissão, do Capital, das Associações. Tal empreendimento numa sociedade que, incessantemente se economiza, se industrializa, se intelectualiza, se universaliza, ‘se planifica’, não é realizável a não ser pela documentação. (...)

A Documentação técnica ou científica, a todo momento, liga-se à Documentação administrativa. (...)

Pela documentação organizada, a Administração torna-se mais consciente e pode fazer seus serviços conhecidos a seus administrados. As publicações editadas em

³⁶ OTLET, *Op. cit.* nota 29, capítulo VIII.

³⁷ OTLET, *Op. cit.* nota 29, capítulo IX.

sistema, para isso contribuem, repousando todas sobre os próprios documentos internos. (...)

Um problema propõe-se: o Arquivo Universal. Tal arquivo pode ser concebido pela documentação administrativa da mesma maneira pela qual a Documentação mundial é concebida pela documentação científica. (...)

O Arquivo Universal seria o instrumento unitário indispensável a uma Administração desejada eficiente, progressista e coordenada. Seria o meio do qual se utilizaria para conceber, nitidamente, os princípios, o plano de sua ação (...).

Os Museus e a Documentação³⁸:

Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia).

São as amostras, espécimes, modelos, fac-símiles e, de maneira geral, tudo que tenha caráter representativo a três dimensões e, eventualmente, em movimento. (...)

Em nossa época, de extraordinário crescimento do saber e da atividade humana, compreendeu-se ser necessário fornecer material de estudo aos pesquisadores, às pessoas medianamente cultas, documentação sistemática e visões panorâmicas de aspectos das ciências e do trabalho que, doutro modo, permaneceriam, para elas, domínios impenetráveis.

Nas recentes realizações dos Museus, procura-se unir a realidade concreta objetivamente apresentada, ou fotograficamente reproduzida, aos textos explicativos, aos quadros sinóticos, genealógicos e cronológicos; às cartas, aos esquemas abstratos. (...) Os Museus são, assim, criadores e não mais simplesmente, colecionadores e conservadores; apresentam conjuntos. Toda uma técnica de apresentação (mostra) nasceu. Passem os visitantes pelas salas, venham os objetos oferecer-se à sua apreciação animados por transportadores diversos: vitrinas giratórias, tapetes rolantes, a documentação objetiva aí está em ação. É o nascimento da Museografia.

Relacionada ao Museu, embora temporária, a Exposição, aqui especializada e nacional, ali internacional e universal, é imensa acumulação de objetos que ilustram textos, dado o valor das vistas animadas. (...)

Nasceu, enfim, a concepção do Museu Documental universal. Em face dos objetos, de sua apresentação e verificação, deve ser o Museu o que é a Enciclopédia para os documentos gráficos que por ele são, também, largamente utilizados. (...)

Autora profícua no estudo da relação entre Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia, Smit^{39 40 41 42}, citada anteriormente, disseminou este

³⁸ OTLET, *Op. cit.* nota 29, capítulo X.

³⁹ SMIT, J. W. «O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias», *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 1993, 26(½), 81-85.

⁴⁰ SMIT, *Op. cit.* nota 10.

⁴¹ *Id.* «Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?», *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, 2000b, 1(2), 27-36.

debate no Brasil a partir de artigo sobre o que denominou de 3 Marias. Dez anos depois do artigo sobre as 3 Marias, encontramos ponto de vista semelhante quanto às diferenças entre arquivistas e bibliotecários/documentalistas:

As práticas profissionais estão de tal forma sedimentadas que cada profissão é vista isoladamente, conta com uma bibliografia própria, congressos e associações próprios, impedindo o fluxo e a troca de informações e, principalmente, impedindo que todos se vejam num contexto maior. O isolacionismo, paradigma problemático da área, prepondera e nos tornou muito mais competentes na denominação das diferenças do que na identificação das semelhanças⁴³.

Dentre as 3 Marias, a Documentação configurou-se mais amplamente como técnica elementar de representação e recuperação da informação, visando seu uso efetivo, demonstrando vocação informacional e sistêmica desde suas origens:

Com relação à arquivística, à biblioteconomia e à museologia, a documentação atua como técnica na qual os avanços teóricos e tecnológicos contribuem para fazer destacar os documentos de sua origem, as informações de seu contexto, os dados das informações para manipular finalmente os conceitos associados ou desassociados de modo abstrato⁴⁴ (tradução livre do original em espanhol).

Segundo Moreiro González⁴⁵, a documentação é uma rede de serviços múltiplos onde cada nó busca conceder uma resposta específica de acordo com critérios de atuação diferentes. Para ele, foi por valorizar a gestão e o controle da informação que a documentação esteve presente há três décadas nos processos concretos dos diversos sistemas concorrentes como os da arquivística, biblioteconomia e museologia (segundo as formas adotadas pelo autor para estes termos).

Embora este tema demande trabalho de pesquisa próprio, reconhecemos que a Documentação desenvolveu, de modo mais efetivo, fundamentos e métodos que cada vez mais cobrem os princípios que sustentam a Ciência da Informação no que tange à preocupação geral de atender necessidades de informação. A literatura científica, as normas para elaboração de registros de informação e as práticas profissionais, assim como o teor dos eventos e listas de discussão profissionais e acadêmicas, têm demonstrado que esta preocupação cobre os terrenos do trato da informação com fins bibliográficos, arquivísticos e museológicos. Presente de forma quase contínua no seio da Europa, a Documentação guardou esta dimensão tríade inicial, como observamos pela escola espanhola, citada anteriormente.

⁴² *Id.* «Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação», *Informação & Informação*, 2003, 8(2).

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ CHARNIER (1975) *apud* MOREIRO GONZÁLEZ, *Op. cit.* nota 9, p. 38.

⁴⁵ MOREIRO GONZÁLEZ *Op. cit.* nota 9, p. 38 e 52.

2.3. BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

Quanto à questão da relação entre Biblioteconomia e Documentação, segundo Meyriat⁴⁶, há uma base comum entre as profissões de bibliotecários e documentalistas e, ao mesmo tempo, uma distinção que se dá mais pelas condições organizacionais nas quais são exercidas (que induzem à constituição de mentalidades próprias) que pelas funções que elas preenchem e os meios de que fazem uso com este fim.

Cabe explicitar a abordagem que define Biblioteconomia e Documentação em separado: a primeira como área que se ocupa da gestão de serviços de bibliotecas (às vezes com ênfase na atividade de custódia de seus acervos), e a segunda como aquela voltada às técnicas de representação de conteúdos de documentos com fins de recuperação, independente do tipo de documento, da parte analisada e do seu suporte.

Embora fatos emblemáticos da área tenham conduzido a uma ruptura que restringiu cada uma delas a características atribuídas como especificidades próprias e exclusivas, o ponto comum entre Biblioteconomia e Documentação é o trato com a informação bibliográfica, de tal modo que, se a primeira não opera somente no âmbito de bibliotecas, a segunda não as exclui. A Documentação contribuiu fortemente para a abrangência e generalização da Biblioteconomia, donde a expressão Biblioteconomia e Documentação foi bastante utilizada no Brasil como forma de contemplar, de forma articulada, as duas definições de sentido restrito anteriormente apresentadas.

Como há usos distintos para os termos Biblioteconomia e Documentação, faz-se necessário explicitá-los, com o que propomos o seguinte esquema:

-Biblioteconomia: gestão de serviços de bibliotecas (às vezes com ênfase na atividade de custódia de seus acervos); ou organização da informação bibliográfica com fins de recuperação (sob influência da Documentação).

-Documentação: organização da informação técnico-científica (que é principalmente bibliográfica) com fins de recuperação; ou organização da informação bibliográfica, arquivística e museológica com fins de recuperação.

Observamos que a primeira definição de cada termo apresenta características mais restritivas. No caso da segunda definição de Biblioteconomia, a influência da Documentação se dá no sentido de congregar tanto as práticas em bibliotecas, quanto em qualquer outro ambiente voltado ao trato com a informação bibliográfica. No caso das definições de Documentação, a segunda definição vem sendo crescentemente mais comum.

Podemos dizer ainda que tanto a Biblioteconomia quanto a Documentação são alvos de dupla abordagem: ora como responsáveis pela organização e recuperação da

⁴⁶ MEYRIAT (1996) *apud* CALENGE, B. «Peut-on définir la Bibliothéconomie?: essai théorique», Bulletin de Bibliothèques de France, 1998, 2, p. 11.

informação bibliográfica, ora como pilares da própria Ciência da Informação, já que seus princípios têm ultrapassado as fronteiras da informação bibliográfica, pois a partir desta identificamos alguns fundamentos da organização e recuperação da informação com fins arquivísticos e museológicos.

2.4. CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

No Brasil, o termo Ciência da Informação é adotado para nomear os programas de pós-graduação, assim como para indicar o campo de pesquisa, enquanto os cursos de graduação têm recebido o nome Biblioteconomia, embora muitas vezes acompanhado de outras denominações, como Biblioteconomia e Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Biblioteconomia e Gestão da Informação, e às vezes apenas Gestão da Informação, ou Ciências da Informação e Documentação.

Ao analisar fatos históricos constitutivos da Biblioteconomia, da Documentação e da Ciência da Informação, identificamos relações de oposição e de complementaridade, cuja exploração mostra-se necessária para a compreensão da área⁴⁷. Contudo, algumas afirmações então realizadas levaram à compreensão da existência de três áreas distintas com alguns elementos comuns que foram se desenvolvendo de modo evolutivo e natural: da Biblioteconomia à Documentação à Ciência da Informação. Em outro trecho, é possível observar que se tratava de fato de apresentar as vertentes históricas que se ocuparam dos modos de satisfazer necessidades de informação e dos aspectos fundamentais relacionados, como segue:

O desafio atual de elaboração teórica, assim como, de constituição dos diversos serviços de informação, independente do nível de especialização ou generalização da informação e do público, necessita da integração conceitual e procedimental entre: (1) o acúmulo decorrente das práticas da Biblioteconomia; (2) os primeiros princípios e técnicas da Documentação até as elaborações mais recentes; e (3) os avanços epistemológicos em Ciência da Informação⁴⁸.

Quanto à história da Ciência da Informação no Brasil, tratamos da influência da Documentação, o que nos levou ao tema da Biblioteconomia, sempre tendo em conta que estas três denominações não representam significados únicos, inclusive no país⁴⁹. Observamos o papel predominante da vertente estadunidense, embora junto a muitas outras nuances, como a consistente mas localizada influência da Documentação. A

⁴⁷ ORTEGA, C. D. «Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação», *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, 2004, 5(5). (http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm). Consulta: 25-5-2010.

⁴⁸ *Ibid.*

⁴⁹ *Id.* «Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil», *Perspectivas em Ciência da Informação*, 2009b, 14 (n. esp.), 59-79.

vivência acadêmica na área, no entanto, tem mostrado a existência de percepção sobre dicotomia entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, cuja segmentação aponta para fragmentos – esvaziados e desarticulados – que não contribuem para a constituição efetiva da área.

Deste modo, acordamos com Quintero Castro et al.⁵⁰:

Em relação à ciência da informação de origem anglosaxã, ao se apresentar como megaciência que congrega várias disciplinas, vistas mais como aplicações que como ciências autônomas, percebe-se uma perda do acúmulo histórico-disciplinar, ou seja, nos termos de Bourdieu, perda de seu capital simbólico; esta orientação não reconhece o processo de constituição próprio e específico destas ciências, o que propicia uma ênfase e uma função meramente técnica e diminuída do processo de recuperação e transferência da informação que, pese sua importância, não cobre as finalidades essenciais sociais e humanas destas ciências e profissões vinculadas diretamente com as pessoas, comunidades, instituições e processos sócio-culturais. (...)

A ciência da informação anglo-saxã vincula as ciências documentárias e as ciências informáticas, alegando que são áreas aplicadas da grande ciência da informação, enquanto que o conjunto de ciências da informação pauta-se na diversidade organizada e na heterogeneidade que estabelece relações com outras mas diferenciando os conteúdos, com ênfase no estudo da informação e na integração multidisciplinar do campo. (...)

O grupo de pesquisa [composto pelos autores do texto] defende a especificidade, a autonomia e a identidade disciplinar das ciências da informação documentárias, como são a biblioteconomia [*bibliotecología*, no original], a arquivística, a museologia, as quais obtêm na documentação o aperfeiçoamento das técnicas para seu trabalho com os documentos e a informação dos mesmos. (tradução livre do original em espanhol).

Seguindo o estágio de desenvolvimento da área, abordamos nos próximos tópicos das questões que envolvem o trato da informação com fins bibliográficos, na qual reconhecemos produtos de informação diversificados como os catálogos de bibliotecas e as bases de dados bibliográficas, dentre as quais as tradicionais bases de dados científicas ou os portais de recursos de informação da Internet, entre outros. Tratamos secundariamente de aspectos relativos ao trato da informação com fins arquivísticos e museológicos. Deste modo, adotamos o termo Biblioteconomia, já que o mesmo também é usado segundo a incorporação dos avanços da Documentação.

⁵⁰ QUINTERO CASTRO, N. et al. «Identificación de las ciencias de la información documental», Revista Interamericana de Bibliotecología, 2009, 32(2), p. 219, 222.

3. AS NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO E O ESQUEMA DOCUMENTO-SISTEMA-USUÁRIO

Para Rendón Rojas⁵¹, o objeto da *Bibliotecología*⁵² se dá na inter-relação documento-biblioteca-usuário, e na busca deste último – o usuário – em satisfazer suas necessidades de informação. O autor afirma que o usuário é o ser humano (ideal) que, por sua estrutura ontológica, exige ou pode exigir satisfazer certas necessidades que emanam de seu ser específico. Estas necessidades não são inventadas ou criadas artificialmente, embora possam ser mais educadas ou sofisticadas de modo a serem satisfeitas de maneira correspondente.

Rendón Rojas⁵³ desenvolve a ideia inicialmente descrita pela inter-relação documento-biblioteca-usuário, apontando como objeto de estudo da *Ciencia Bibliotecológica* ou *Bibliotecología* o sistema informativo documentário⁵⁴, constituído pela inter-relação dos elementos: documento, instituição informativa documentária, mundo da informação e usuário. Segundo ele, a interação entres esses elementos é motivada pela finalidade de satisfazer necessidades de informação documentária do usuário por meio da entrada deste no mundo da informação mediante os documentos proporcionados graças à atividades da instituição informativa documentária.

Considerando os processos documentários como aqueles realizados com o objetivo de satisfazer necessidades de informação ou, dito de outro modo, de qualificar o uso da informação, o mundo da informação deve ser incorporado ao sistema em sua forma documental, ou seja, registrada. Esta informação registrada manifesta-se na terminologia da Ciência da Informação (mais propriamente da Documentação) como ‘documento’.

Abadal e Codina⁵⁵, ao tratar da recuperação da informação em bases de dados, destacam que mesmo sendo comum apresentar a informação como se fosse algo

⁵¹ RENDÓN ROJAS, *Op. cit.* nota 24, p. 59-60.

⁵² Para Moreiro González (*Op. cit.* nota 9, p. 135-137), há uma relação estreita entre Bibliotecología e Documentación. Para tratar desta relação, apresenta diferenças e equivalências entre *Bibliotecología*, forma usada nos países de língua espanhola da América Latina, e *Biblioteconomía*, adotada na Espanha. Em termos gerais, a Bibliotecología seria o conjunto sistemático de conhecimentos relativos ao livro e à biblioteca, enquanto a Biblioteconomía seria uma de suas partes, aquela voltada à gestão de bibliotecas. Segundo ele, os que consideram os dois termos como sinônimos referem-se ao fato de que o uso do termo Biblioteconomía na Espanha supera grandemente a referência à gestão de bibliotecas.

⁵³ RENDÓN ROJAS, *Op. cit.* nota 24, p. 162-163.

⁵⁴ Embora não seja consenso entre a comunidade brasileira de pesquisa, adotamos os termos ‘documental’ e ‘documentário’, respectivamente, quanto ao documento (exs.: tipologia documental, suporte documental) e quanto a operações sobre o documento em um sistema (exs.: representação documentária, processo documentário, linguagem documentária).

⁵⁵ ABADAL, E. ; CODINA, L. Bases de datos documentales: características, funciones y método. Madrid, Síntesis, 2005. (*Biblioteconomía y Documentación*). p. 29-30.

imaterial ou intangível, a mesma requer sempre um suporte material para ser explorada, ou seja, para poder render sua máxima utilidade. Para eles, assim como algumas formas de energia são mais úteis que outras segundo a forma em que se apresentem, as informações mais úteis do ponto de vista de sua exploração econômica e cultural são aquelas que estão registradas em documentos.

3.1. DOCUMENTO

Uma proposta de construção histórica da noção de documento no contexto das necessidades de informação é sintetizada a seguir⁵⁶:

Segundo Otlet⁵⁷, o documento é o registro do pensamento individual e da memória coletiva da humanidade, enquanto receptáculo e meio de transporte de ideias, servindo como instrumento de pesquisa, ensino, cultura e lazer. Livro e documento constituem para ele “um suporte de uma certa matéria e dimensão (...) em que se incluem signos representativos de certos dados intelectuais”⁵⁸. Como o livro, na sua perspectiva, não abarca outros tipos de documentos, Otlet adota a forma ‘livro ou documento’, mantendo a primeira palavra apenas em regime de conservação dos usos⁵⁹.

Briet⁶⁰ trata do conceito no sentido específico da área, ao propor o termo ‘documento secundário’, como aquele que é produzido a partir de documentos iniciais ou originais, visando acesso e uso destes, como os catálogos, índices etc.

Desde a discípula direta de Otlet até os franceses e espanhóis discípulos desta versão clássica da noção de documento (década de 1970), os traços iniciais se mantêm mas são ressaltados elementos que se relacionam ao signo e à comunicação da informação, e a própria palavra informação e derivadas são introduzidas. Mais recentemente, autores de origem anglo-saxã, como Buckland e Rayward, recuperam a versão clássica (proposta por Otlet e Briet) e a divulgam em idioma inglês.

Outro ponto é aquele relativo aos objetos que caracterizariam os documentos, dado não ser o tipo de objeto o que define o documento, mas seu uso enquanto tal. Buckland⁶¹ trata da ‘informação como coisa’, ‘informação como conhecimento’ e ‘informação como processo’ e propõe a primeira como noção de informação pertinente à Ciência da Informação. Frente à pergunta ‘o que é informativo?’, o autor

⁵⁶ ORTEGA, C. D. ; LARA, M. L. G. «A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje», DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, 2010, 11(2). (http://www.dgz.org.br/abr10/F_I_aut.htm). Acesso em: 11-4-2010. p. 676-692.

⁵⁷ OTLET, *Op. cit.* nota 30.

⁵⁸ OTLET, *Op. cit.* nota 30, p. 43.

⁵⁹ SAGREDO FERNÁNDEZ, F. ; IZQUIERDO ARROYO, J. M. Concepción lógico-lingüística de la Documentación. Madrid, IBERCOM, 1983, p. 305.

⁶⁰ BRIET, *Op. cit.* nota 32.

⁶¹ BUCKLAND, M. Information and information systems. New York, Praeger, 1991, p. 43, 44, 46 e 47.

sugere abandonar a busca por objetos candidatos a serem considerados ‘informação como coisa’ e inverter a abordagem perguntando às pessoas o que elas identificam como coisas a partir das quais elas podem tornar-se informadas.

Buckland sugere ‘discurso’ como um termo melhor para indicar textos no sentido geral ou artefatos com intenção de representar coisas, e propõe as seguintes categorias de objetos como documento:

- artefatos com intenção de constituir discurso (aqueles que convencionalmente chamamos de documentos);

- artefatos que não tinham esta intenção (artefatos produzidos com função utilitária ou estética); e

- objetos que não são artefatos (seres vivos e elementos da natureza em geral).

Anteriormente, Meyriat⁶² propôs noção de documento baseada nas noções de ‘documento por intenção’ (documentos produzidos para serem informativos) e de ‘documento por atribuição’ (o uso é determinante para a função informativa do documento), sobre a qual propomos o seguinte esquema: o documento é objeto produzido ou não com intenção de ser documento (produção do documento); um objeto pode ou não funcionar como documento, pois seu uso como tal é que determina que ele assim o seja (uso do documento); e a função de informação de um mesmo objeto pode modificar-se com o tempo dependendo dos diversos usos deste objeto como documento (diversos usos do documento no decorrer do tempo).

3.2. PRODUÇÃO E USO DE DOCUMENTOS

A partir deste esquema, observamos que a proposta de Meyriat (desenvolvida por Fondin⁶³) pauta-se nas categorias ‘produção do documento’ e ‘uso do documento’. A articulação entre estas categorias é a base para a compreensão da noção de documento, já que este não existe em separado da noção de informação, enquanto objeto que pode vir a receber a atribuição de informar.

Quanto à noção de uso de documentos, há que se considerar os problemas teóricos causados pelo deslocamento arbitrário em direção à figura do **usuário**, com o fim de enfatizar seu papel. O ‘usuário de informação’, segundo terminologia que compõe a área, assim se constitui quando um indivíduo ou um grupo de indivíduos é abordado a partir de um contexto social e sistêmico de uso real ou potencial de informação. Alguém que usa informação pode ser tomado como ‘usuário de informação’ (no sentido estrito da área) por ações profissionais, portanto,

⁶² MEYRIAT, J. «Document, documentation, documentologie», Schéma et Schématisation, 1981, 14, 51-63.

⁶³ FONDIN, H. L’information documentaire: théorie et pratique. En BENOIT, Denis. (Dir.) Introduction aux sciences de l’information et de la communication. Paris, Les Editions d’Organisation, 1995. p. 281-326.

intencionais, sistemáticas e objetivas. Trata-se de distinguir ‘indivíduos que usam informação’ e ‘usuários de informação’: ambos compõem os interesses da área mas os primeiros são observados para que os últimos sejam constituídos. Deste modo, há questões pragmáticas da informação relativas à prestação de serviços que são mais complexas que a afirmação reiterada sobre a relevância da figura do usuário para a Ciência da Informação, e se apresentam de modo autônomo (mas não isolado), distinguindo-se de abordagens sociológicas, psicológicas e outras sobre ‘indivíduos que usam informação’. Este deslocamento arbitrário pode conduzir à descaracterização da figura do usuário.

Quanto à noção de produção de documentos, refere-se à produção de significações sobre objetos ou dados selecionados para que se tornem documentos e, portanto, exerçam a capacidade de informar a um segmento de usuários. Não está em questão a produção material do documento, mas a elaboração de significações, a qual se realiza por diferentes modos de produção material. Trata-se de noção de documento que se refere a algo que é configurado como tal no âmbito do sistema e que é, portanto, produto da prática documentária. A questão que define a abordagem sistêmica, neste caso, refere-se a que a significação ocorre em um determinado contexto e segundo a relação estabelecida entre um objeto e outro.

Fazemos uso também das categorias ‘valores probatórios dos documentos’ e ‘valores informativos dos documentos’ que, de outro modo, permitem operar com conceitos sobre o documento no caso da informação arquivística. Em obra sobre princípios e técnicas dos arquivos modernos, Schellenberg⁶⁴, baseado nos documentos elaborados a partir do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado, como os administrativos, fiscais, legais e executivos (embora o conceito se aplique também a arquivos pessoais), define:

-valores probatórios dos documentos: valores inerentes aos documentos decorrentes da prova que contêm da organização e funções, independente da qualidade da prova, mas do caráter da matéria provada; e

-valores informativos dos documentos: valores inerentes aos documentos devido à informação que contêm, a qual pode relacionar-se, de modo geral, a pessoas (físicas ou jurídicas), coisas ou fenômenos; refere-se a valores que persistem mesmo depois de cessado o uso corrente do documento pois são de interesse a outros que não seus utilizadores iniciais.

Importa dizer que a ideia de características inerentes dos documentos, é hoje balizada segundo a noção de contexto. Do mesmo modo, embora recorrente na literatura sobre Biblioteconomia e Documentação e, segundo já foi dito, um documento não contém propriamente a informação como se ela fosse prévia a um processo de leitura.

⁶⁴ SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006, p. 180-182.

Posteriormente, em movimento impulsionado pelas questões colocadas quanto à produção dos documentos arquivísticos em meio eletrônico, o conceito de documento foi retomado sob a perspectiva da Diplomática, fazendo emergir um foco de tensão em torno do binômio valores probatórios e valores informativos, que passaram a ser entendidos como elementos constitutivos de fases distintas do ciclo vital dos documentos, mas integrantes de um mesmo processo.

Nas categorias propostas por Meyriat o uso é determinante, mas a intencionalidade da produção dos documentos deve ser considerada para que se possa compreender suas possibilidades de uso. Da mesma forma, a produção de documentos com fins arquivísticos – justamente por corresponder a funções da vida de pessoa ou instituição – condiciona-se ao uso que se intenciona fazer deles. Dito de outro modo, estes documentos são produzidos de determinada maneira pois há um objetivo de uso em vista que, se não for previsto, ficará comprometido. Disto decorre que a necessidade de informação arquivística apresenta relação próxima entre produção e uso, o que traz elementos para reposicionar a compreensão de que as condições de produção dos documentos seriam os parâmetros adotados em processos arquivísticos, enquanto na organização bibliográfica o que está em questão seria o uso previsto do documento.

As categorias de Meyriat e de Schellenberg fornecem conceitos operatórios pertinentes à compreensão da noção de documento segundo necessidades de uso da informação bibliográfica, arquivística e museológica. Os três tipos de necessidades de uso de informação apresentam características comuns, as quais, mais acentuadas em um aspecto que outro, apontam para suas diferenças, como na ideia proposta por Homulos, depois desenvolvida por Smit⁶⁵. Podemos apresentar estas características comuns e distintas, como segue:

-O documento é construído a partir de certa abordagem informacional sobre um objeto (em geral, objetos utilitários ou estéticos, mas também textos escritos e outros), a partir da qual o profissional da área elabora a representação documentária (característica da informação museológica);

-As condições de produção do documento são consideradas em qualquer caso, mas exercem papel essencial quando se trata do documento que reflete a vida de uma pessoa ou de uma organização, já que é produzido de acordo com a função que deve exercer nela (característica da informação arquivística);

-O documento que é tradicionalmente reconhecido pela área é aquele cujo conteúdo é atribuído com o fim de subsidiar atividades com fins científicos,

⁶⁵ A partir de Homulos (1990), Smit (*Op. cit.*, nota 39) referiu-se à relação de continuidade entre as instituições arquivo, museu e biblioteca, abordadas como instituições coletores de cultura. Posteriormente, Smit (*Op. cit.* nota 41) apontou para o problema da ênfase no acervo como forma de elaborar as distinções e relações citadas. Diríamos, de modo semelhante, que a abordagem sobre ‘instituições coletoras de cultura’ desloca o foco que deveria centrar-se nas ‘instituições de informação’ e nos processos que as caracterizam.

educacionais, utilitários, de lazer, por meio do que conhecemos como informação bibliográfica. Paradoxalmente, este é o tipo mais difícil de definir.

A produção de documentos secundários a partir de documentos originais, a que se refere Briet, compreende a produção do documento, no sentido documentário, e não a produção realizada pelo autor ou produtor. Ou seja, trata-se da transformação do texto do autor/produtor em documento, por meio da produção de formas de apresentação e de representação de documentos ou dados esparsos, assim como de seus pontos de acesso em sistemas documentários⁶⁶.

Deste modo, estão em questão ações informacionais que, necessariamente, ocorrem em espaços institucionalizados, portanto, na forma de um projeto de informação e quanto à elaboração da informação institucional. Para Smit⁶⁷, 'institucionalização da informação' é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais). Para ela, a informação é organizada em nome de uma utilidade que lhe foi atribuída no contexto dos objetivos institucionais. Observamos, contudo, que se trata de necessidades de informação consideradas em uma instituição no sentido de instituição social, e não quanto a sua figura jurídica, a qual nem sempre é existente.

Segundo Tálamo e Smit⁶⁸, considerando-se que a recuperação da informação seja o objetivo do processo documentário, a informação não se apresenta como objeto, mas como um ponto de vista adotado para analisar os processos e objetos do mundo. Os documentos de que tratamos estão circunscritos ao que enunciam as autoras como objetivo da Ciência da Informação: formulação de sistemas significantes dos conteúdos registrados, constituídos enquanto informação qualificada para recuperação e uso dos conteúdos originais.

Portanto, em Ciência da Informação, documentos são aqueles relativos às atividades de seleção de informações materializadas e sua organização no âmbito de um sistema. Nesta organização – de documentos e suas informações – realiza-se a atribuição de significados com o fim de orientar os usuários em seus processos de recuperação.

Os sistemas documentários constituem-se de fato enquanto sistemas de significação, sobre os quais tratamos a seguir.

⁶⁶ ORTEGA, C. D. «Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos», *Transinformação*, 2008, 20(1), 7-15.

⁶⁷ SMIT, *Op. cit.*, nota 41, p. p. 34.

⁶⁸ TÁLAMO, M. de F. G. M. ; SMIT, J. W. «Pensamento informacional e integração disciplinar», *Brazilian Journal of Information Science*, 2007, 1(1), p. 41.
(<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/30/29>). Consulta: 4-4-2010.

4. DOS SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS À COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

De modo estrito, consideramos o sistema documentário enquanto conjunto de registros de informação que representam documentos ou dados esparsos construídos com o fim da apropriação por usuários reais e/ou potenciais no âmbito de um dado contexto institucional. De outro modo, podemos dizer que o sistema documentário é construído e gerido com o fim de possibilitar a navegação na complexidade informacional que caracteriza o mundo contemporâneo.

Meyriat⁶⁹ aborda a área no contexto dos conjuntos documentais, nos quais o significado da informação não está separado de seu suporte. Seu objeto de estudo passa pelas condições em que este suporte é concebido, produzido e distribuído, pois as alterações que sofre nestas diferentes etapas influem em sua capacidade informativa. Todos os elementos do sistema tecno-social da documentação e as inter-relações que os unem são seus objetos privilegiados.

O sistema documentário é entendido por Meyriat⁷⁰ como um conjunto de elementos ligados entre si, de modo a serem interdependentes e orientados tendo em vista atender a um objetivo, que é o de obter informação. Estes elementos são de três tipos: os seres humanos, essencialmente a pessoa ou o grupo de pessoas que busca informação e seus intermediários; os objetos materiais, ou seja, os documentos e as máquinas empregadas para tratar os documentos; e os procedimentos ou técnicas necessárias para esse tratamento.

Os sistemas documentários são compostos por unidades potencialmente informativas que são selecionadas e organizadas, de tal modo que a seleção realizada e a relação estabelecida entre estas unidades deflagram a hipótese de organização adotada para o sistema. Assim, a seleção e a organização de documentos realizadas em um sistema implicam a constituição do que chamamos de **coleção**, ou seja, um conjunto de documentos que se relacionam entre si, configurando-se como algo coerente e com personalidade própria que, por isso, pode vir a fazer sentido para determinados segmentos de usuários.

Para Moreiro González⁷¹, os serviços de informação baseados na recuperação oferecem ampla variedade de documentos, de objetivos e de tratamento. Segundo ele, para chegar a alcançar a informação desejada, todos devem realizar em maior ou menor intensidade e complexidade atividades relacionadas:

- à relação indicial (fornecer ao usuário informação existente sobre documentos e pertinente às suas demandas);
- ao acesso físico ao documento;

⁶⁹ MEYRIAT, *Op. cit.*, nota 62, p. 58.

⁷⁰ MEYRIAT, *Op. cit.*, nota 62, p. 57.

⁷¹ MOREIRO GONZÁLEZ, *Op. cit.* nota 9, p. 33-34.

- aos custos do serviço (em termos de dinheiro, tempo e esforço); e
- ao reconhecimento do nível de competência intelectual e de experiência que requer o usuário para compreender a informação dos documentos.

O aspecto indicial ou referencial dos registros de informação propicia e orienta o acesso à informação e seu uso, para o que os registros necessitam ser suficiente e devidamente elaborados. O aspecto indicial de um sistema documentário se dá por meio de atividades que promovem o acesso à referência dos documentos dos quais se informou a existência ou o acesso direto à informação apresentada nos registros, caso das informações factuais.

As referências produzidas no âmbito dos sistemas documentários são as unidades a que chamamos registros de informação. Estes registros são representações documentárias, no sentido de produto, ou resultado da representação documentária, no sentido de processo. Constituem-se por elementos simbólicos – aqueles que efetivamente operam com a significação pois possuem competência para informar – a que denominamos informações documentárias. Informação documentária é aquela apreendida, registrada e armazenada em um sistema de informação (documentária) de forma a ser passível de recuperação e uso para os mais diversos fins demandados pela sociedade. Dito de outro modo, os registros de informação são instâncias físicas, cuja instância simbólica são as informações documentárias. Por este motivo, os sistemas a que nos referimos são denominados de sistemas de informação documentária, ou simplesmente, sistemas documentários.

Deste modo, aspectos relativos à coleção e a suas referências, segundo tratamos, demonstram a diversidade de sistemas documentários, como segue.

Uma coleção de documentos, selecionados e ordenados, pode ser por si mesma um sistema documentário. Significa dizer que uma biblioteca pode ser composta somente pela coleção de documentos selecionados e ordenados, ou ser composta pela coleção e por seu catálogo. Ou seja, uma biblioteca sem catálogo é um sistema, tanto quanto uma biblioteca que possua um catálogo. A base deste sistema, no entanto, é frágil, já que são poucos e simplificados os mecanismos elaborados com fins de potencializar o acesso às informações.

Muitas bases de dados bibliográficas, por outro lado, configuram-se como serviços que referenciam documentos, mas não oferecem acesso aos mesmos, embora possamos falar em uma coleção (virtual) de documentos – como tratamos à frente – a partir da qual a base de dados foi construída. Estas bases de dados constituem-se também como sistemas documentários.

Há bases de dados, como as cadastrais e as estatísticas, cujos registros não referenciam documentos constituídos, mas dados esparsos, ou seja, dados relativos a um assunto ou fato. Originalmente dispersos ou organizados em arquivos sob outra forma, são reunidos e submetidos a uma nova estruturação na forma de registros com um fim específico. Estas bases de dados – denominadas bases de dados factuais – são sistemas documentários, ainda que não haja coleção de documentos no sentido a que nos referimos anteriormente.

A ideia da ‘coleção virtual’ tratada por Buckland⁷² relaciona-se, por exemplo, às bases de dados de monumentos de uma cidade. Estes monumentos, abordados como documentos, não são eles mesmos coletados e organizados em um espaço físico chamado biblioteca, museu ou outro. Neste caso, o espaço físico que está em questão – ou seja, aquele que condiciona o processo de seleção que constitui a coleção – é o espaço da cidade onde os monumentos estão dispostos, e a base de dados é o espaço onde a relação entre estes documentos é construída por meio de suas representações documentárias. O mesmo vale para parques naturais ou outros ambientes e seus elementos constituintes quando tomados como documentos. As bases de dados que os representam são sistemas documentários.

Sintetizando o exposto anteriormente, um sistema documentário pode ser uma coleção ordenada e prescindir de um catálogo ou base de dados que a referencie, como pode ser um catálogo ou base de dados e prescindir dos serviços que oferecem acesso aos documentos da coleção (virtual) aos usuários. A condição ideal para o acesso à informação e seu uso seria a existência de base de dados e de serviços de acesso a documentos; a base de dados comunica sobre a informação dos documentos e os serviços facilitam o acesso a esses documentos. Um sistema documentário pode ser também uma base de dados que não faz referência a documentos constituídos, mas a dados esparsos, configurando situação em que não ocorre a etapa de acesso a documentos, já que os registros da base de dados respondem diretamente às questões dos usuários. E, por fim, um sistema documentário pode ser uma base de dados cujos documentos referenciados nunca poderiam ser coletados e ordenados na forma de uma coleção local (ou seja, convencional ou eletrônica), mas seus registros indicam informações que permitem identificar documentos e localizá-los.

Como dissemos, alguns sistemas ocupam-se de apenas informar sobre a existência de documentos, enquanto outros se ocupam também de manter coleções de documentos de modo organizado para que possam ser utilizados, como ocorre em bibliotecas, museus e arquivos, cada qual a seu modo. As bases de dados bibliográficas nem sempre incorporam a função de promover o acesso aos documentos que referenciam, embora a tecnologia tenha facilitado o acesso direto ao texto eletrônico do documento ou a indicação do *site* da instituição que possui o documento.

Neste sentido, o que caracteriza o sistema documentário é o conjunto de princípios adotados para sua conformação (a qual se dá pela seleção de informações e pela elaboração de relações entre as mesmas) e os serviços que propiciam acesso a estas informações e promovem seu uso efetivo.

A compreensão sobre sistemas documentários tornou-se ainda mais importante atualmente em função da ampliação de possibilidades de acesso à informação proporcionadas no ambiente da Internet.

⁷² BUCKLAND, *Op. cit.* nota 61, p. 56.

Como este ambiente se configura como estoque de informações, e não como um sistema – ainda que englobe vários sistemas –, os recursos de busca nele implementados devem levar em conta esta peculiaridade. Portanto, devemos observar as diferenças entre os sistemas disponíveis na Internet que seguem os princípios para construção, gestão e uso tratados anteriormente, e o ambiente da Internet em seu todo, para o qual devem ser pensados métodos próprios para acesso à informação, a julgar pelos poderosos motores de busca de que dispõe.

É importante distinguir também entre a ideia de biblioteca universal, no sentido de repositório dos conhecimentos produzidos pela humanidade, e a de biblioteca enquanto serviço de informação. Esta última implica, como dissemos, um projeto de trabalho que inclui atividades de seleção e organização de determinadas informações para determinados usuários, segundo um objetivo delineado. Um serviço de informação tem um propósito, evidenciado por ações objetivas na construção e gestão do sistema, que conduzem à elaboração de algo que pode ser percebido e compreendido por seus usuários. Por estes motivos, o ambiente da Internet distingue-se do de uma biblioteca ou de qualquer outro sistema documentário.

Vale ressaltar que, a despeito da contínua e ampla valorização do ambiente da Internet, nem toda informação está na Internet, nem toda informação é recuperada pelos motores de busca da Internet, e nem todo indivíduo pode ou sabe acessar a informação que se encontra na Internet.

Segundo Rendón Rojas⁷³, há caos da informação na Internet porque os documentos são disponibilizados de modo disperso, ou seja, não são estruturados, analisados e manipulados pelos profissionais da informação e, em função disso, quando alguém “*se introduce a ese mundo, más bien se tropieza con información en lugar de realizar un encuentro planeado y deseado*”.

Estas questões reforçam a necessidade atual de definir e caracterizar os sistemas de que se ocupa a área, embora se trate de tarefa epistemológica a ser continuamente realizada.

Segundo Moscoso⁷⁴, os sistemas de informação documentária são sistemas de símbolos que representam, em terminologia informática, o ‘mundo real’ ou ‘mundo objeto’, e para o qual se faz uso de um aparato conceitual que permite expressar as características dos elementos que conformam o mundo a que fazem referência. Por isto, estes sistemas realizam a representação concreta e tangível da informação.

Codina⁷⁵ define sistema de informação documentária como um sistema que aceita documentos (de uma certa coleção) e necessidades de informação como entradas e produz pessoas informadas como saída. Este processo de transformação ocorre a partir das funções de representação (representações formais dos documentos e das

⁷³ RENDÓN ROJAS, *Op. cit.* nota 24, p. 130.

⁷⁴ MOSCOSO, P. Sistemas de información documental: concepto, estructura y organización. En LOPEZ YEPES, J. (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2. ed. Madrid, Pirámide, 2006, p. 521.

⁷⁵ CODINA, L. «Modelo conceptual de un sistema de información documental», Revista Española de Documentación Científica, 1994, 17(4), p. 444-445, apoiando-se em Soergel (1985) e Willits (1992).

necessidades de informação) e de comparação (comparação entre documentos e necessidades de informação e seleção dos documentos que apresentam um maior grau de similaridade com a necessidade de informação)⁷⁶.

Aquilo que se busca representar no sistema é a entidade. Segundo Abadal e Codina⁷⁷, no entanto, além da entidade-documento, o sistema busca representar a entidade-necessidade de informação, a que também chamam de pergunta. Somente assim a função comparação consegue operar entre a necessidade de recuperação e a representação do documento.

Assim, os sistemas documentários viabilizam:

- a organização da informação (por meio da estruturação de campos e do seu preenchimento formando unidades potencialmente informativas); e
- a busca da informação (por meio das questões dos usuários que são equiparadas a estas unidades).

Com base em Moreiro González⁷⁸, entendemos que o sistema documentário opera como uma intervenção artificial na produção e uso do conhecimento que orienta os usuários para o acesso à informação e seu uso efetivo. As operações de transformação do conhecimento em informação que permitem esta orientação aos usuários e as ações voltadas ao uso efetivo da informação pelos mesmos configuram-se como atividade essencial da Ciência da Informação.

Esta intervenção deve se dar, para sua funcionalidade, quanto a um contexto institucional a partir do qual são abordados certos grupos de indivíduos. As especificidades das necessidades de informação destes grupos de indivíduos são consideradas na elaboração dos modos de intervenção, os quais, por sua vez, exercem influência sobre o uso de informação e sobre a produção de conhecimento. Ou seja, o sistema não é e nem poderia ser um sistema fechado, ou seja, ele influencia e é influenciado pelo meio em que foi construído.

Esta ação intervencionista sobre processos que, em tese, ocorreriam sem ela, demonstra que a presença cada vez maior de fluxos de informação que se manifestam em redes sociais ancoradas no ambiente da Internet não elimina nem diminui, mas agrega elementos à perspectiva sistêmica tal como tratada pela área.

Podemos falar em procedimentos para entrada de informações no sistema e procedimentos para saída de informações no sistema, os quais têm por objetivo seu uso efetivo por determinados segmentos de usuários. Estes procedimentos precisam

⁷⁶ O termo ‘necessidades de informação’ é adotado por Codina de modo genérico demais para dar conta da construção e uso de bases de dados. Embora busque especificar a seguir quando se refere à ‘entidade-necessidade de informação’, diríamos que se trata, no caso da função representação, de expressões que são previsões das buscas dos usuários e, no caso da função comparação, de expressões que são as buscas efetivamente realizadas pelos usuários.

⁷⁷ ABADAL ; CODINA, *Op. cit.* nota 55, p. 43.

⁷⁸ MOREIRO GONZÁLEZ *Op. cit.* nota 9, p. 27.

ser adequadamente geridos, de modo a reunir as melhores condições para o objetivo de uso qualificado da informação. Propomos a seguir síntese destes procedimentos.

A intervenção realizada no âmbito do sistema refere-se a ações voltadas à gestão do fluxo da informação (Figura 1) e à gestão do fluxo dos documentos (Figura 2).

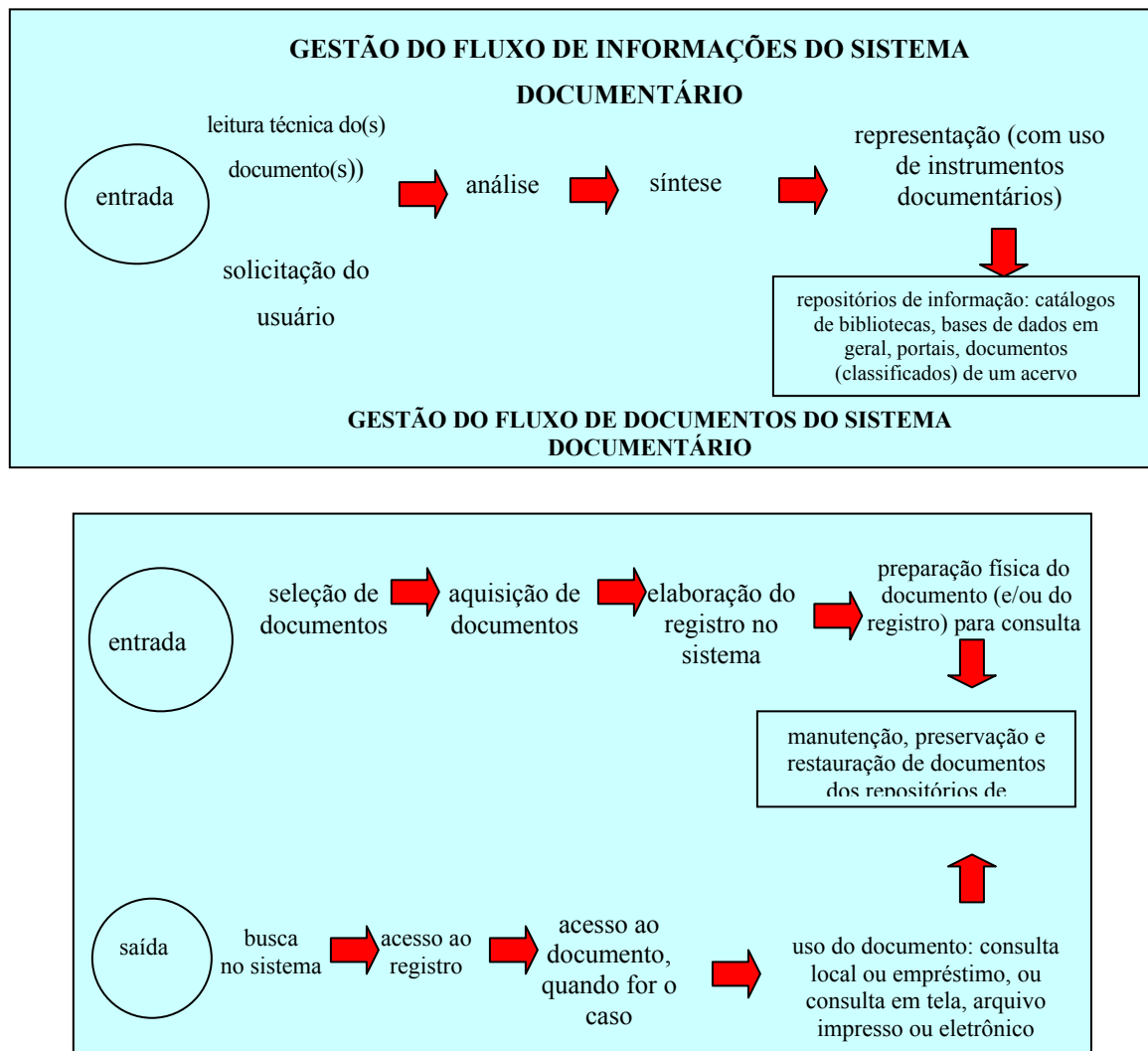


Figura 2: Gestão do fluxo de documentos do sistema documentário.

Em antiga proposta de fundamentação para as operações dos sistemas documentários, Wellisch⁷⁹ (1987, p. 21-33) trata dos sistemas que se ocupam da representação e recuperação da informação (Figura 1), ou, segundo a terminologia que adota, dos sistemas que realizam o controle bibliográfico, cuja meta seria a de permitir que um usuário recupere documentos através de certas características específicas.

Afirma que a maneira mais primária de conseguir o controle de uma coleção de documentos consiste em inspecionar todos os documentos, um a um, até que sejam encontrados todos os documentos desejados; outra maneira, mais eficiente, é produzir substitutos de documentos. Estes substitutos listam as características através das quais os documentos podem ser procurados e são arranjados de tal forma que todas e cada uma destas características possam ser examinadas individualmente ou em qualquer combinação desejada. Este procedimento consiste em dividir o universo de documentos em subunidades administráveis, o que torna o sistema de controle bibliográfico independente da coleção dos documentos. Disto decorre que este sistema não se preocupa necessariamente com a transmissão dos documentos referenciados aos usuários, como já tratamos.

Portanto, segundo Wellisch, um sistema de controle bibliográfico tem uma saída que consiste em uma lista ordenada de substitutos de documentos que satisfazem às seguintes condições:

- identificação dos documentos: os substitutos dos documentos devem identificar cada documento de maneira única;
- transcrição de dados: os substitutos devem ser registrados por letras e/ou dígitos que sejam conhecidos tanto pelos operadores quanto pelos usuários do sistema; e
- arranjo dos substitutos dos documentos: os substitutos dos documentos devem ser ordenados em sequência fixa e universalmente conhecida (alfabética, numérica ou alfanumérica), de acordo com as regras de arquivamento e ordenação do sistema. A cada substituto é atribuído um lugar único e, por conseguinte, previsível, a partir do qual poderá ser recuperado. Se nenhum documento novo for manipulado pelo sistema, este manter-se-á num estado de equilíbrio, ou seja, nada perturbará o arranjo dos substitutos dos documentos nos vários arquivos que são mantidos no sistema, tais como arquivos de nomes de autores e títulos.

Para o autor, estas condições ocorrem do seguinte modo:

A etapa de identificação do documento faz uso de um código de catalogação que prescreve uma rotina, pela qual todas as características do documento podem ser tratadas, de forma a se adequarem a um modelo prescrito com precisão. A transformação dos dados do documento-fonte para os do substituto do documento é

⁷⁹ WELLISCH, H. H. A cibernética do controle bibliográfico: para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação. Brasília, IBICT, 1987.

uma transformação homomórfica de muitos-para-um, que se dá deste modo porque, normalmente, não é o texto completo de uma folha de rosto (de onde a maior parte dos dados identificadores de um livro são retirados) que é transcrito, mas somente algumas partes selecionadas. Segundo nota de Wellisch, um homomorfismo é uma transformação de uma estrutura complexa de muitos-para-um, que mantém de maneira invariante uma estrutura mais simples.

A etapa de transcrição dos dados segue rotina em que cada caracter em que são expressos os elementos de identificação deve ser registrado exatamente, tal como encontrado no original. Se o original apresentar variações como erros de ortografia, estas devem ser fielmente transcritas, embora possam ser corrigidas ou uniformizadas em uma nota. Esta é uma transformação de um-para-um, ou transformação isomórfica.

A etapa de arranjo dos substitutos dos documentos também apresenta como resultado uma transformação homomórfica de muitos-para-um, uma vez que certas palavras (tais como artigos) são desprezadas, assim como os sinais diacríticos.

Wellisch finaliza o que denomina de controle descritivo em um sistema de controle bibliográfico afirmando que, sendo objetivo deste sistema a identificação de documentos, será capaz de exercer pleno controle sobre os documentos recentemente chegados, aplicando-lhes diversas rotinas de controle. Estas rotinas conduzem à redução da variedade potencialmente ameaçadora da entrada a um nível aceitável, através de uma série de transformações homomórficas e isomórficas, e um modelo ordenado, de forma que a saída permaneça nos limites prescritos, possibilitando a recuperação de documentos de acordo com certas características formais de identificação especificadas.

4.1. TIPOS DE SISTEMAS DOCUMENTÁRIOS

Como resultado dos diferentes modos de abordar informacionalmente objetos no contexto de um sistema, temos os seguintes documentos, no sentido de produtos documentários:

- objetos tomados como documentos;
- registros de informação que representam estes documentos no nível do todo, de suas partes ou de seus conjuntos; e
- registros de informação constituídos a partir de dados esparsos.

Exemplificando, temos registros de informação que representam documentos no nível do todo (monografia), de suas partes (artigos de periódico) ou de seus conjuntos (fascículos de periódicos), além de registros de informação constituídos a partir de dados esparsos relativos a um evento ou assunto, tendo como fim a construção de uma ficha cadastral, entre outras.

Há também registros de informação constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas), os quais são característicos dos processos arquivísticos correntes.

Podemos realizar distinções entre os sistemas apresentados anteriormente a partir de suas características funcionais essenciais, denominando-os como:

- sistemas administrativos ou de controle de transações (usualmente denominados como sistemas de informação); e

- sistemas de recuperação da informação (como o apresentado por Wellisch anteriormente).

Segundo Codina⁸⁰ trata respectivamente de sistemas “que são interessantes porque fazem coisas” (sistema de atividades humanas) e sistemas “que são depósitos interessantes de informações” (sistemas ou ‘depósitos’ de conhecimento).

Para ele, em um sistema de atividades humanas, o aspecto essencial são as atividades do sistema, e os dados que o sistema memoriza são necessários para o desenvolvimento de suas atividades, como mecanismos de controle etc. Tais dados não têm importância intrínseca porque ainda que o sistema de informação em si tenha um valor estratégico, os dados concretos só terão um valor tático em função das atividades diárias do sistema. É o caso, por exemplo, de uma unidade de produção, mas também de uma universidade, de um departamento da Administração ou de um hospital etc.

Por outro lado, Codina define sistema de conhecimento como aquele em que as atividades têm pouca importância porque não são especialmente sofisticadas, mas o tipo de dado é essencial porque se trata de fato de conhecimento registrado, ou seja, algo mais que meros dados. Como exemplo típico, cita uma biblioteca ou um centro de documentação, mas também um conjunto de documentos eletrônicos distribuídos em uma rede de computadores.

Estes sistemas são explicitados por Abadal e Codina⁸¹ sob a denominação de sistemas de gestão documentária (em oposição aos de função administrativa), como sistemas que atuam no contexto da aquisição de conhecimento e satisfação de necessidades de informação mais ou menos complexas, visando atividades de estudo, pesquisa a serviço de projetos, processos de ensino-aprendizagem, apoio à pesquisa e desenvolvimento etc. Segundo estes autores⁸², estes sistemas operam com a informação cognitiva, ou seja aquela que é útil para, por exemplo, aumentar nossos conhecimentos sobre algum aspecto da natureza ou simplesmente para que a humanidade não se veja obrigada a reinventar a roda a cada geração. A informação administrativa, por sua vez, é necessária para a gestão da instituição e para administrar de forma eficiente seus próprios recursos e poder realizar de forma

⁸⁰ CODINA, Op. cit nota 75, p. 441, o qual faz uso da diferença entre sistemas adotada por Yourdon (1993).

⁸¹ ABADAL; CODINA, *Op. cit.* nota 55, p. 26.

⁸² ABADAL; CODINA, *Op. cit.* nota 55, p. 33.

adequada suas atividades. Em momento anterior Codina⁸³ definiu documento cognitivo como aquele que representa um trabalho científico, técnico ou cultural e que, diferente de outros documentos, por exemplo, os documentos administrativos de uma empresa particular, é suscetível de interessar à humanidade em seu conjunto. Uma vez que todo documento é intrinsecamente cognitivo, incluindo os administrativos, como comentamos anteriormente, apontamos a relevância da definição e questionamos a pertinência da denominação.

Partindo das conceituações encontradas na literatura⁸⁴, propomos o seguinte quadro sistematizador das características dos registros de informação segundo tipologias de sistemas documentários:

características	SISTEMAS ADMINISTRATIVOS	SISTEMAS DE RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO
denominações	de processamento de transações primários	bibliográficos, sinaléticos (de identificação), catalográficos, textuais, referenciais e factuais (cadastrais e estatísticos) primários e secundários
forma de coleta dos dados	reunidos como resultado direto do conjunto de dados do controle de transações	coletados com intenção informativa
unidade documentária tratada	conjunto de dados relativos a uma transação	conjunto de dados relativos a um documento (ou suas partes) ou a dados esparsos
tipo de resposta fornecida	fornece diretamente a resposta solicitada	fornece as referências de documentos que possam satisfazer necessidades de informação diversas, ou fornece diretamente a resposta solicitada
objetivo	representação para controle de transações e, posteriormente, para apoio a gestão destas operações	representação para recuperação da informação
áreas envolvidas	Arquivologia (fase corrente)	Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia (fase permanente)

Quadro 1: Características dos registros de informação segundo tipologias de sistemas documentários.

⁸³ CODINA, Op. cit nota 75, p. 447, com base em Van Slype (1988).

⁸⁴ ORTEGA, C. D. Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009a. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP).

A última linha do Quadro 1 deflagra a similaridade entre Biblioteconomia e Museologia, em oposição à Arquivologia de fase corrente, no que se refere às características dos registros e seus sistemas. Isto porque Biblioteconomia e Museologia se ocupam das informações atribuídas a documentos (produzidas com intenção informativa ou não) e a dados esparsos. A Arquivologia, por sua vez, relaciona-se à representação de processos administrativos, relativos a transações que ocorrem no tempo. O que está em questão aqui é a noção de valor probatório e a de valor informativo dos documentos, ou documento administrativo e documento cognitivo, embora, sob abordagem mais ampla, todos os documentos tenham valor de prova (administrativa, jurídica, ou de outro modo, de conhecimento produzido) e sejam informativos e, portanto, cognitivos. A exploração de aspectos da Biblioteconomia e da Museologia, em oposição à Arquivologia de fase corrente, suscita a exploração de aspectos similares entre Biblioteconomia e Arquivologia de fase permanente. Esta exploração não deve prescindir, contudo, do reconhecimento das especificidades de produção dos registros de informação com fins arquivísticos.

Ao mesmo tempo, processos informacionais bibliográficos e arquivísticos não ocorrem necessariamente de modo separado, o que tende a ampliar-se quanto mais complexas forem as instituições, as tipologias documentais e as demandas informacionais. Daí observamos esta dupla função do registro bibliográfico: atuar como ponte entre a informação intangível (a obra) e seu continente tangível (o documento), conduzindo o usuário até o conteúdo informativo, mas também servindo como o arquivo de identificação de uma publicação física para sua compra, empréstimo ou ordenação⁸⁵.

Autores da Documentação, de Otlet (1934)⁸⁶ a Fondin (2005)⁸⁷, enunciam as informações administrativas, mas desenvolvem apenas as bibliográficas. Especialmente no Brasil, a Ciência da Informação tem se envolvido com métodos que visam suprir as necessidades informacionais de caráter administrativo e de tomada de decisão por meio da Gestão do Conhecimento e dos Sistemas de Informação (denominação sob a qual são tratados os sistemas tecnológicos de gestão de empresas). Estas abordagens têm se pautado fracamente em aportes teóricos e metodológicos relativos aos processos informacionais que visam acesso e uso. Ao contrário, faz-se uso, por exemplo, das fontes de informação para tomada de decisão, mas sem considerar condicionantes de sua produção.

Ressaltamos, por fim, a abrangência da Biblioteconomia – em grande parte em função da apropriação que esta fez dos avanços da Documentação – para além da

⁸⁵ HAGLER (1997, p. 17) *apud* RÍOS HILARIO, A. B. Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica. Gijón, Trea, 2003. p. 32

⁸⁶ OTLET, *Op. cit.* nota 26.

⁸⁷ FONDIN, H. «La science de l'information ou le poids de l'histoire», Les enjeux de l'information et de la communication, 2005. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 4-4-2010.

gestão dos serviços de bibliotecas ou meramente da custódia de seus acervos. Os processos de informação de que se ocupa a Biblioteconomia abarcam também ambientes de informação bibliográfica que incluem desde os centros de documentação científica criados no início do século XX até os portais de informação da Internet. Deste modo, a atuação profissional em Biblioteconomia tem gerado produtos documentários como catálogos de bibliotecas, bibliografias, bases de dados científicas, bases de dados cadastrais, bibliotecas virtuais, além dos portais citados e muitos outros, os quais demonstram a diversidade e o amplo espaço temporal coberto por esta atuação.

4.2. COMUNICAÇÃO DOCUMENTÁRIA

Por fim, recolocando afirmação de Tálamo⁸⁸, o sistema é um modo de organização que visa uma forma de comunicação da informação.

A comunicação documentária é, portanto: “processo que envolve a codificação e a decodificação de conteúdos informacionais, ou seja, o tratamento e a recuperação da informação”, segundo Lara⁸⁹. Com base nesta autora, Cohen⁹⁰ parte da proposição de que os sistemas documentários constituem-se como sistemas de comunicação, onde há emissão e recepção de mensagens, isto é, ocorre um processo comunicacional denominado comunicação documentária, destinado a – através do produto documentário – tornar o usuário ‘informado’. O usuário é o ator que dispara uma situação de comunicação, pois é o ato da recepção que determina o estabelecimento ou não de uma comunicação. A mensagem é de interesse central para os sistemas documentários pois é através dela que se recupera a informação.

Cohen⁹¹ afirma ainda que, para que a comunicação documentária ocorra é necessário que a informação documentária – produto que é transmitido neste processo – seja portadora de um significado tal que o usuário possa ser capaz de processá-la mentalmente, a fim de obter a informação desejada. A comunicação documentária é então um processo que exige, de um lado, a informação documentária e, de outro, o usuário que se apropria desta informação. Este processo comunicacional realiza-se através de e no sistema documentário, ou, dito de outro modo, no campo dos sistemas formais de comunicação, os sistemas documentários

⁸⁸ TÁLAMO, M. de F. G. M. *Linguagem documentária*. São Paulo, APB, 1997. (Ensaio APB, 45). p. 3.

⁸⁹ LARA, M. L. G. de. *Representação documentária: em jogo a significação*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP. p. 4.

⁹⁰ COHEN, D. M. *O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP. p. 7.

⁹¹ *Ibid.*, p. 7, 10, 51.

são aqueles que realizam a comunicação documentária. Estes sistemas lidam com atos de comunicação materialmente explícitos, isto é, o documento, sua representação, a pergunta do usuário, a ação comunicativa do profissional de informação etc.

Para López Yepes e Sagredo Fernández⁹², o resultado desta metamorfose que o documento sofre nas mãos do documentalista culmina quando a informação liberada é difundida e transformada em fonte seletiva de informação. Então a mensagem documentada se faz mensagem documentária, informação atualizada.

Considerações Finais

A área configurou-se a partir de práticas de organização de documentos realizadas com o fim de garantir sua permanência e facilitar seu acesso. Em especial no século XX, em função do acelerado desenvolvimento científico e tecnológico, atividades de organização da informação tornaram-se essenciais como recurso para viabilizar o funcionamento de sociedades complexas.

Se a Ciência da Informação despontou e se consolidou sob a perspectiva da informação científica especializada, foi o desenvolvimento desta perspectiva e a recuperação de outras, que permitiram entender a dimensão da categoria ‘necessidades de informação’ como necessidades humanas e sociais de informação, seja no âmbito da ciência, da arte e da cultura, da educação, da saúde e de necessidades cotidianas as mais diversas.

As necessidades de informação, abordadas quanto aos modos e meios para satisfazê-las, e suas motivações e implicações, são o fenômeno propulsor da Ciência da Informação.

Deste modo, tratar das categorias configuradoras da Ciência da Informação, enquanto ciência social aplicada, implica reverter a segmentação entre abordagens teóricas e aplicações, realizando reflexão epistemológica digna da relevância social e do grau de complexidade de suas práticas profissionais correspondentes e que faça jus ao significativo avanço de conhecimento já realizado.

Referências

- ABADAL, E. ; CODINA, L. Bases de datos documentales: características, funciones y método. Madrid, Síntesis, 2005. (Biblioteconomía y Documentación).
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo).
Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística: contribuição para o

⁹² LÓPEZ YEPES ; SAGREDO FERNÁNDEZ (1981, p. 116) *apud* GARRIDO ARILLA, M. R. Teoría e historia de la catalogación de documentos. Madrid, Síntesis, 1996, p. 22.

- estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa. São Paulo, Cenadem, 1990.
- BRIET, S. Qu'est-ce que la documentation? Paris, Édit - Éditions Documentaires Industrielles et Techniques, 1951. 48 p.
(<http://martinetl.free.fr/suzannebriet/questcequeladocumentation/briet.pdf/>).
Consulta: 4-4-2010.
- BUCKLAND, M. Information and information systems. New York, Praeger, 1991. 225 p.
- CALENGE, B. «Peut-on définir la Bibliothéconomie?: essai théorique», Bulletin de Bibliothèques de France, 1998, 2, 8-20.
- CERAVOLO, S. M. ; TÁLAMO, M. de F. G. M. Linguagem de especialidade e a elaboração da noção de campo científico: o caso da Museologia. En ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB) (9.: 2008). Anais... São Paulo, USP, 2008. CD-ROM.
- _____; _____. «Tratamento e organização de informações documentárias em museus», Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2000, 10, 241-253.
- CODINA, L. «Modelo conceptual de un sistema de información documental», Revista Española de Documentación Científica, 1994, 17(4), 440-449.
- COHEN, D. M. O consumidor da informação documentária: o usuário de sistemas documentários visto sob a lente da análise documentária. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.
- CUNHA, M. V. da. «A formação em Ciência da Informação na França, no Canadá e na Dinamarca: comparação com o sistema brasileiro», Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da informação, 1999, 8.
- FAYET-Scribe, S. Histoire de la documentation en France: culture, science et technologie de l'information, 1895-1937. Paris, CNRS Editions, 2001. (CNRS Histoire).
- FONDIN, H. L'information documentaire: théorie et pratique. En BENOIT, Denis. (Dir.) Introduction aux sciences de l'information et de la communication. Paris, Les Editions d'Organisation, 1995. 414 p. p. 281-326.
- FONDIN, H. «La science de l'information ou le pois de l'histoire», Les enjeux de l'information et de la communication, 2005. Disponível em: <http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/home.html>. Acesso em: 4-4-2010.
- GARRIDO ARILLA, M. R. Teoría e historia de la catalogación de documentos. Madrid, Síntesis, 1996. 190 p.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. «Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão», Transinformação, 2003, 15(1), 31-43.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca. Museología como Ciencia de la Documentación. En LÓPEZ YEPES, José (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2 ed. Madrid, Ediciones Pirámide, 2006. 742 p. p. 159-178.
- JARDIM, J. M. ; FONSECA, M. O. «As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação», Cadernos BAD, 1992, 2, 29-45.

- LARA, M. L. G. de. Representação documentária: em jogo a significação. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes/USP.
- LÓPEZ YEPES, J. La Documentación como disciplina: teoría e historia. 2. ed. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1995. 337 p.
- _____. (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2. ed. Madrid, Pirámide, 2006. 742 p.
- _____. Teoría de la Documentación. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra (EUNSA), 1978. 337 p.
- MEYRIAT, J. «Document, documentation, documentologie», Schéma et Schématisation, 1981, 14, 51-63.
- MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Introducción al estudio de la información y la documentación. Medellín, Editorial Universidad de Antioquia, 1998. (Colección Medios y Mensajes).
- MOSCOS, P. Sistemas de información documental: concepto, estructura y organización. En LOPEZ YEPES, J. (Coord.). Manual de Ciencias de la Documentación. 2. ed. Madrid, Pirámide, 2006. 742 p. p. 519-536.
- ORTEGA, C. D. A Documentação como origem e base fértil para a fundamentação da Ciência da Informação. En ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 8., 2007, Salvador. Anais... Salvador, 2007.
- _____. «Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos», Transinformação, 2008, 20(1), 7-15.
- _____. Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da Representação Descritiva. São Paulo, 2009a. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo (ECA/USP).
- _____. «Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação», DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, 2004, 5(5). (http://www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm). Consulta: 25-5-2010.
- _____. «Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil», Perspectivas em Ciência da Informação, 2009b, 14 (n. esp.), 59-79.
- _____. ; LARA, M. L. G. «A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje», DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, 2010, 11(2). (http://www.dgz.org.br/abr10/F_I_aut.htm). Acesso em: 11-4-2010.
- OTLET, P. Documentos e Documentação. Trad. de Hagar Espanha. Paris, 1937. Introdução aos trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937. (<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/index.htm>). Consulta: 24-5- 2009.
- _____. El Tratado de Documentación: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Traduzido por Maria Dolores Ayuso García. Murcia, Universidad de Murcia, 1996. Tradução de: Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique. Bruxelles, Mundaneum, 1934. 431 p.

- _____. *Traité de Documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles, Mundaneum, 1934. 431 p.
- QUINTERO CASTRO, N. et al. «Identificación de las ciencias de la información documental», *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 2009, 32(2), 195-229.
- RENDÓN ROJAS, M. A. *Bases teóricas y filosóficas de la bibliotecología*. 2. ed. México, UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. 183 p. (Sistemas bibliotecarios de información y sociedad).
- RÍOS HILARIO, A. B. *Nuevos horizontes en el análisis de los registros y la normativa bibliográfica*. Gijón, Trea, 2003. 165 p.
- SAGREDO FERNÁNDEZ, F. ; IZQUIERDO ARROYO, J. M. *Concepción lógico-lingüística de la Documentación*. Madrid, IBERCOM, 1983. 440 p.
- SHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006. 388 p.
- SILVA, A. B. M. da. *Arquivística, Biblioteconomia e Museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação*. En CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002. *Integrar: 1º congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus: textos*. São Paulo, IMESP, 2002. 698 p. p. 573-607.
- SMIT, J. W. «Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação», *Informação & Informação*, 2003, 8(2).
- _____. «Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa?», *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Nova Série*, 2000b, 1(2), 27-36.
- _____. «O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias», *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 1993, 26(½), 81-85.
- _____. *O Profissional da Informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia*. En VALENTIM, Marta Pomim (Org.). *Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo, Polis, 2000a. (Coleção Palavra-Chave, 11). p. 119-134.
- TÁLAMO, M. de F. G. M. *Linguagem documentária*. São Paulo, APB, 1997. 12 p. (Ensaio APB, 45).
- _____. ; SMIT, J. W. «Pensamento informacional e integração disciplinar», *Brazilian Journal of Information Science*, 2007, 1(1), 33-57. (<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/viewFile/30/29>). Consulta: 4-4-2010.
- WELLISCH, H. H. *A cibernética do controle bibliográfico: para uma teoria dos sistemas de recuperação da informação*. Brasília, IBICT, 1987.